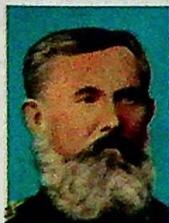


Câmara Municipal

de Santa Bárbara d'Oeste

1869 a 1999



JOAO F. RHEDER
1892 - 1894



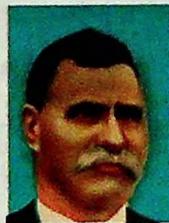
JOSÉ G. OLIVEIRA
1895 - 1901



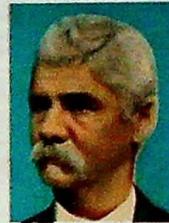
JOAQUIM V. OLIVEIRA
1902 - 1904



PEREGRINO O. LINO
1905 - 1907 / 1916 - 1925



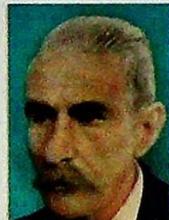
JOAQUIM A. GALVAO
1908 - 1910



EZEQUIEL B. PYLES
1911 - 1915



ANTONIO DE CILLO
1926 - 1928



JANUARIO DOMINGUES
1929 - 1930



ZENO D. MAIA
1948 - 1949



ROBERTO E. PYLES
1950 - 1951



ANGELO J. S. SANS
1952 - 1955



SERGIO L. ALVES
1956 - 1957



GERALDO R. CAMPOS
1958 - 1959



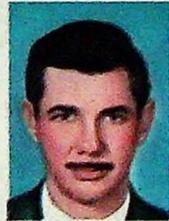
WALTER A. OLIVEIRA
1960 - 1962



LUIZ G. MALUF
1963



GILBERTO COLLA
1964 - 1965 / 1971 - 1972



BRÁULIO PIO
1966 - 1968



ANTONIO FURLAN
1969 - 1970



ROBERTO A. MARIA
1973 - 1974



WLADIMIR SARTORI
1975 - 1976



GILSON A. NOVAES
1977 - 1978



JOSÉ R. M. M. RÉGO
1979 - 1981



ITAMIRO J. PENATTI
1982



ROBERTO C. SEMMLER
1983 - 1984



SEBASTIÃO A. RIBEIRO
1985 - 1986



JACIR FURLAN
1987 - 1988



JOSÉ A. PETRINI
1989 - 1990



EDSON G. RAMOS
1991 - 1992



VALDIR BELLAN
1993 - 1994



FAUSE J. MALUF
1995 - 1996 / 1997 - 1998



JESUS A. STAZITE
1999 - 2000

130 anos de história

Sumário

1. Apresentação	01
Fauser Jorge Maluf	
2. Aprendendo com a própria história	02
Adolpho Queiroz	
3. Introdução	03
4. As atas como referências para a construção da história	06
5. Nomes de vereadores que estão perpetuados em logradouros, ruas e avenidas da cidade	34
6. Memória fotográfica.	35

Apoio Cultural

Textil Canatiba

Viba - Viação Barbarense

Usina Açucareira Furlan

Apresentação

130 anos de História

Faúse Jorge Maluf,

Presidente da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, 1997/1998

Apresentamos à sociedade barbareense, uma edição sucinta e breve da trajetória da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, resgatando parcelas importantes dos 130 anos de atividades do Poder Legislativo em nossa cidade.

Trata-se de um volume preparado em tempo recorde de sessenta dias, ao nosso pedido, por uma equipe de jovens pesquisadores, estudantes da Universidade Metodista de Piracicaba do Curso de comunicação, sob o comando do prof. Dr. Adolpho Queiroz. Neste período, os estudantes se debruçaram sobre os arquivos e sobre a memória da nossa Câmara, reconstituindo algumas passagens importantes — nem todas, visto que seria tarefa para um período mais longo de trabalho — para termos, ao longo desta primeira incursão, um olhar ao mesmo tempo cronológico e contemporâneo, sobre as ações desenvolvidas pelos edis desde o século XIX.

Há certamente muitas outras histórias para serem contadas e lacunas que a exiguidade do tempo, não permitiu aprofundar. Contudo, este é um primeiro e importante passo que demos no sentido de dotar as novas e futuras gerações de estudantes, pesquisadores e aficionados da política em nossa cidade, dos nossos compromissos, crenças e dos valores estabelecidos pelo Poder Legislativo desta cidade ao longo de sua história.

Histórias saborosas são contadas neste volume, como as dos tempos do antanho, quando os vereadores eram penalizados e tinham que pagar pesadas multas quando deixavam de comparecer às sessões do Legislativo; das várias personalidades que passaram pela nossa casa de leis; e de lutas diversas que travamos ao longo destes anos, intervindo em nome da população, sempre que chamados a intermediar conflitos e questões do interesse público.

Este volume também nos abre alguns documentos e parte da memória fotográfica e documental contida nos acervos da Câmara Municipal e conclui-se com a listagem de todos os vereadores que compuseram as 35 legislaturas até aqui.

Quero em meu nome pessoal e, certamente, em nome do Poder Legislativo barbareense, agradecer sinceramente a todos aqueles que colaboraram diretamente para o sucesso desta empreitada, desde os pesquisadores, passando pela empresa gráfica que nos atendeu prontamente, bem como aos nossos patrocinadores — empresários e indústrias da cidade — que souberam enxergar o alcance e a importância desta primeira incursão sobre a nossa história.

A primeira metade da legislatura que ora se conclui, por mim presidida, foi um período em que implantamos mudanças significativas na Casa, como a compra de oito computadores completos, a construção de gabinetes para os partidos e os vereadores, a reforma do plenário e instalação de ar condicionado, troca das cadeiras por cadeiras giratórias, contratação de funcionários e obtenção de dois veículos para a Câmara, culminando em 27 de novembro de 1998, com a solenidade de lançamento do projeto de digitalização das leis e descerramento da placa respectiva. Obras que se completam com este livro.

Que este volume inaugure uma série de reflexões sobre o papel do Poder Legislativo em Santa Bárbara d'Oeste e enseje, aos jovens estudantes, aos universitários, aos pesquisadores e aos políticos da nossa cidade, um olhar respeitoso sobre o papel que vimos desempenhando há 130 anos.

Boa leitura a todos.



APRENDENDO COM A PRÓPRIA HISTÓRIA

Dr. Adolpho Queiroz

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo, professor da Unimep e assessor do gabinete do prefeito municipal de Santa Bárbara d' Oeste.

A experiência e o desafio de conhecer a “História da Câmara Municipal de Santa Bárbara, fez parte das minhas atividades em 1998, dentro do conjunto de ações desenvolvidas no sentido de resgatar parcelas da história local, em projetos realizados pela Secretaria de Cultura do Município, tais como o da história da Banda União Operária, a História da Imprensa e da memória política da cidade, realizados em parceria com intelectuais barbarenses e estudantes do Curso de Comunicação Social da Unimep.

Num prazo relativamente curto de 60 dias, foi possível mobilizar a equipe para incursionar na memória da Câmara Municipal, hoje bem guardada em arquivos apropriados, em diversas e numerosas caixas de papelão, guardadas no próprio prédio onde funciona a Câmara, bem como nos depósitos da Prefeitura Municipal.

Estes documentos, guardados com zelo, requerem, efetivamente, uma sistematização mais adequada, tanto para recuperar as biografias dos atores políticos que compuseram a trajetória e a história do Poder Legislativo da cidade, bem como para incursionar pela história de lutas desenvolvidas pela Câmara nestes seus quase 130 anos de existência.

Esta memória, além dos arquivos, está na tradição oral de velhos políticos e lideranças da cidade, algumas das quais, nos deram o privilégio de algumas entrevistas que foram iluminando os caminhos que percorremos rapidamente para recompor esta história. Ela igualmente está registrada nas páginas dos jornais diários e semanários da cidade, que igualmente tem sido difusores da imagem, das idéias e convicções dos representantes populares como atores e autores da história das leis da cidade.

Creio que este livro, mesmo que construído com as precariedades de uma pesquisa rápida, possa contribuir para que muitos dos barbarenses que desconhecem a história e as tradições da Câmara Municipal, possam, ao melhor conhecer este trabalho, valorizar o papel da representação popular, honrando-a com o seu voto e com escolhas cada vez mais apropriadas de representantes que a dignifiquem.

Agradeço especialmente a honra e o privilégio que me confiaram o Presidente do Legislativo, Faúse Jorge Maluf e o professor e colega, ex- vereador e hoje atuando na Secretaria de Governo da Prefeitura Municipal, prof. Gilson Novaes, por me terem confiado — bem como a Giuliane Strapasson e ao Hélio Francis Martins, estudantes do Curso de Publicidade e Propaganda da Unimep — a tarefa de recolhermos algumas das histórias importantes sobre a Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, bem como ao fotógrafo Rogério Aparecido da Silva, da Assessoria de Imprensa da Prefeitura, a Sonia Billi, secretaria do gabinete do prefeito, à equipe gráfica e especialmente aos funcionários da Câmara Municipal de Santa Bárbara, pela acolhida generosa e pela colaboração inestimável, sem o que, este trabalho não teria sido concretizado.

Vamos pois, conhecer um pouco desta história. A minha expectativa é a de que, depois da concepção deste volume, que o Poder Legislativo barbarenses, olhe com mais carinho e compreensão, para a guarda dos seus próprios documentos, para a expansão da sua memória iconográfica e para a preservação dos valores que lhe são caros.

Santa Bárbara d' Oeste, 22 de dezembro de 1998.

A HISTÓRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D' OESTE

1869/1998

Introdução

Posteriormente, no início do século XX, após a Proclamação da República, a Câmara Municipal de Santa Bárbara funcionou num prédio localizado na esquina da rua XV de Novembro com a atual Avenida de Cillos (que antes se chamava Prudente de Moraes). Lá o legislativo atuou até 1941. Posteriormente, em 41, o então prefeito Plácido Ribeiro Ferreira inaugurou um novo prédio central, no qual funcionavam a Prefeitura Municipal e a Câmara, na Praça “ 9 de Julho”, hoje Biblioteca Pública Municipal “Maria Aparecida Nogueira”. A Câmara permaneceu lá até o início dos anos 60, quando foi transferida para um novo local, na confluência das ruas Graça Martins com a rua Santa Bárbara (onde na atualidade localiza-se o edifício do Departamento de Água e Esgoto, DAE). Ela funcionou ainda, mesmo que precariamente durante duas semanas, na sede da Associação Comercial e Industrial da cidade, em função de uma tempestade que se abateu sobre Santa Bárbara, que acabou detalhando o seu prédio, ficando fechada para reparos durante alguns dias.

Dos momentos amargos – e cômicos – a Câmara guarda na sua memória o episódio da prisão injustificada do então vereador Jorge Júlio, nos idos de 1964, quando da vigência da ditadura militar no país. Líder sindical, ligado ao sindicato dos trabalhadores na indústria açucareira, Júlio foi delatado a polícia como comunista. Na alegação, o sargento da Polícia Militar que o prendeu, alegou que havia em seu escritório um livro de capa vermelha, com a foice e o martelo. Por intercessão dos vereadores, prefeito e até do então governador Adhemar de Barros, ele foi solto. Soube-se posteriormente que o livro encontrado “Isso é o comunismo”, era uma versão de autor norte-americano, completamente contrário às teses do comunismo.



E outros intrigantes como a resposta dada pelo então prefeito Walter Landucci, atendendo a um requerimento do então vereador José Benedito Claus. Claus solicitou ao então prefeito esclarecimentos sobre a qualidade do terreno que seria destinado à construção do cemitério. Landucci enviou, além da resposta escrita, um saco de 60 quilos com a terra do local, bem como sacos individuais de um quilo para cada vereador, para “analisar a qualidade da terra destinada ao cemitério”.

Desde 1970, através de uma Lei, de autoria do prefeito Benedito da Costa Machado, foi autorizada a construção do prédio atual do Poder Legislativo, que funciona na confluência das ruas Graça Martins e Santa Bárbara, na calçada oposta e a poucos metros de distância do antigo prédio. No início do seu funcionamento, a Câmara ocupava apenas um dos pavimentos do prédio, visto que no andar térreo funcionava a TEBASA, Telefônica Barbarense S/A. Posteriormente, com a desativação da companhia, o plenário ganhou mais espaço e no andar inferior foram instaladas a secretaria e as salas particulares dos vereadores.

Nos arquivos da Câmara, iniciados nos anos 80, existem vários livros de atas das sessões legislativas, além de pastas contendo documentos com os projetos de lei aprovados, indicações, requerimentos, moções, dados pessoais dos vereadores a partir de 1980, além de um pequeno acervo

contendo fitas de vídeo, álbuns fotográficos e notícias à imprensa, emitidas pela Assessoria de Imprensa criada em 1990.

Há também grande parte do acervo documental da Câmara, sob a guarda do Poder Executivo, estando arquivados na atual sede da Garagem Municipal, boa parte dos documentos antigos sobre a trajetória do legislativo barbareense.

O vereador mais votado de todas as 33 legislaturas, foi Odeilson Antonio do Amaral, o Itão, que disputou as eleições de 1992, pelo PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira e obteve naquela ocasião 1.370 votos.

E mais recentemente, a necessidade constitucional de discussão e formulação da Lei Orgânica do Município, entre 1989 e 1990, fez com que o legislativo barbareense vivesse seu período de maior intensidade. Pensar e planejar cada passo do Município foi uma tarefa realizada sob a presidência de José Adhemar Petrini⁴. A nova lei está dividida em seis títulos. O primeiro, trata da constituição do município e sua competência. O segundo, da organização municipal, da função legislativa da Câmara, suas atribuições, vereadores, posse, remuneração, licença, inviolabilidade, proibições e incompatibilidades, perda de mandato, convocação de suplente, do testemunho, das atribuições da mesa da câmara, de leis complementares, emendas, processo legislativo, etc. E também da função executiva, responsabilidades, atribuições. No título três, discute a administração municipal, enfoca questões relativas ao mandato, ao servidor público, discute formas e sistemas de publicação e registros dos atos municipais, dos bens patrimoniais, obras e serviços. No título quatro discute a questão da tributação, finanças e orçamentos. No título cinco, discute a ordem econômica do município e no último título, o sexto, sobre a ordem social do município.



Antigo prédio onde funcionou a Câmara, hoje DAE

“Foi um período de intensa mobilização, que requereu um trabalho intenso dos vereadores, das forças vivas da cidade, de tal forma que esta Lei Orgânica transformou-se numa peça legislativa bem sucedida”, declarou o ex-presidente José Adhemar Petrini⁵

Vários ex-vereadores conseguiram eleger-se também para o cargo de Prefeito Municipal. O primeiro ex-vereador a ocupar o Poder Executivo, foi Peregrino Oliveira Lino — e depois dele, seu filho, João de Oliveira Lino; e além deles, Angelo Giubbina (vereador por duas legislaturas entre 1.956 a 1.959 e 1.960 a 1.963), Dirceu Dias Carneiro, Lourival J. Kirches (que primeiro elegeu-se prefeito da cidade, entre 1.952 a 1.955 e, posteriormente, elegeu-se vereador); e Ângelo João Suzigan Sans, que foi vereador e depois prefeito nomeado, sem a necessidade de disputar uma eleição; e no período mais recente, Isaías Hermínio Romano, eleito vereador entre 1.956 a 1.959 e prefeito nos períodos de 1.977 a 1.982 e depois entre 1989 a 1.992. Também o Sr. Walter Landucci, vereador 1.960 a 1.963 e Prefeito 1.973/1.976; Braúlio Pio, vereador 1.960 a 1.968, 2 legislaturas e Prefeito 1969 a 1972; Benedito Costa Machado, vereador 1.929 a 1.931 e 1.936 a 1.937 e Prefeito 1.956 a 1.959.

No período contemporâneo, a Câmara Municipal de Santa Bárbara d' Oeste tem em seu quadro de legisladores, três vereadores que atuam no terceiro mandato: José dos Santos, Sebastião Adail Ribeiro, que já presidiu o Legislativo entre 1985/86 e Faúse Maluf, este último presidente da Casa nas legislaturas 95/96 e 97/98.

Houve períodos em que os vereadores eram multados quando não compareciam às sessões⁶; houve igualmente um longo período no qual, pelo fato da atividade parlamentar não ser remunerada, os vereadores eleitos licenciavam-se com constância, abrindo espaços para que seus suplentes ocupassem os cargos por vários meses, num período que vigorou especialmente entre os anos 1950 e 1994. Os registros da casa contém ainda tres renúncias : A primeira em 03 de janeiro de 1.948, do então vereador Carlos Steagall, assumindo seu suplente o Sr. Irineu Gasparini; a segunda em 27 de janeiro de 1.992, da vereadora Arminda Maria da Silva, assumindo seu suplente Luís Vanderlei Larguesa. 3ª renúncia do vereador Álvaro Alves Corrêa promovido a Diretor do Sesi de Americana, que não permitiu que o vereador acumulasse as duas funções, isto foi no ano de 1994. Assumiu Sueli T. Bonfin Silva.

Há registros, também dos seguintes afastamentos : Do vereador Jorge Júlio, falecido em 15/02/1972; do vereador Leonel Graciani, desaparecido em março de 1.983 e do vereador Arnaldo João Boaretto por morte em acidente automobilístico, ocorrido em 06/03/94.

Foi a Câmara Municipal que instituiu em 1973, através de Projeto de Lei do vereador Gilson Alberto Novaes, o Hino oficial da cidade, de autoria dos Professores Francisco Benedito Libardi e Vicente Gimenes. O brasão de armas da cidade foi igualmente instituído naquele ano, tendo sido seu autor o prof. Angelo Di Lello.⁷ Modificado posteriormente pelo Projeto n.º 39/95 de autoria do Vereador Dr. Sebastião Adail Ribeiro com auxílio na elaboração do novo brasão, do heraldista Dr. Lauro Ribeiro Escobar. Além destes símbolos, a casa tem outorgado ao longo dos últimos anos, a “Medalha Dona Margarida”, uma referência aos cidadãos que têm contribuído para a elevação da cultura, da educação e das artes no município, bem como títulos de cidadania àqueles que contribuem para a causa do desenvolvimento local, regional e nacional.

É possível verificar o rol dos agraciados com títulos de cidadania e com a medalha “Dona Margarida”, na parte dos anexos deste livro, que procurou documentar nomes, patronos, números de decretos e locais em que aconteceram as solenidades de entrega e outorga destes símbolos municipais.

Houve também períodos de intenso trabalho, nenhuma remuneração e pouco apoio logístico, como relembra o ex-vereador e ex-secretário da mesa diretora da Câmara, José Leite de Godoy⁸, que presidiu entre os anos 1957/58, a Comissão que criou a Comarca de Santa Bárbara, tornando a cidade independente de Piracicaba para procedimentos judiciais : “Trabalhávamos por amor à causa. Não recebíamos nada pelo trabalho. E tínhamos dificuldades de fazer até mesmo uma viagem a São Paulo. Eu, que presidi a comissão que criou a comarca no município, tive que muitas vezes ir de madrugada a São Paulo para conseguir conversar com o então deputado Bento Dias Gonzaga, que nos ajudou a criar a Comarca.”



Neste local, em um prédio antigo, funcionou a Câmara em 1941

Lembrou também que a propaganda política naqueles dias era feita a partir dos próprios candidatos : “Os comícios lotavam de gente. O povo queria ver e ouvir os políticos e suas mensagens. Os políticos eram a atração, diferente de hoje, quando os comícios terminaram ou que os cantores populares são mais importantes que o político. Tínhamos comícios de terça a domingo nos períodos de eleição e a atração eram os candidatos.”

AS ATAS COMO REFERÊNCIA PARA A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA

A seguir, traçaremos um perfil breve de alguns dos acontecimentos que marcaram a trajetória do Poder Legislativo de Santa Bárbara d' Oeste, com base na transcrição de alguns destaques que pudemos verificar, acompanhando detalhadamente cada uma das atas que registraram os acontecimentos, discussões e manifestações do poder legislativo local. Num livro com as características deste volume, evidentemente, nem todos os destaques poderão ser apresentados. Contudo, os registros que se seguem, procuram mostrar, de forma coerente, estes momentos e particularidades, na expectativa de que a sua leitura possa esclarecer situações e suscitar novas reflexões que contribuam para o aperfeiçoamento não só desta publicação, como para a compreensão mais ampla sobre as contribuições que a Câmara de Vereadores da cidade tem dado ao município.

1879

Na sessão de 9 de novembro de 1879⁹, foi redigida pelos vereadores uma manifestação de apoio ao padre José Cardilo, que pedia ao Imperador Pedro I, sua naturalização, nos seguintes termos :

“Fazes saber aos que esta minha carta virem que, achando-se de acordo com o decreto 1950, de 12 de julho de 1871, o súdito italiano Padre José Cardillo, residente na província de São Paulo e tendo se habilitado para lhe passar a carta de naturalização que requer por bem naturalizá-lo para que possa gozar de todos os direitos, honras e prerrogativas que pela constituição compete aos cidadãos brasileiros naturalizados. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 28 de setembro de 1879, quinquagésimo oitavo da independência.” A carta foi assinada pelo secretário da Câmara, Ignácio de Oliveira Leme, pelo presidente José Gonçalves Teixeira e pelos vereadores Joaquim Antonio da Silva e Cesário Cavalheiro Leite.

O vigário da cidade, José Cardillo, teve grande destaque nos documentos às posteriores reuniões da Câmara. Sempre seu nome consta de pedidos formais de apoio para que os vereadores ajudassem a igreja e a comunidade local.¹⁰



Aqui em um prédio antigo funcionou a Câmara em 1941

1897

Naquele ano, as sessões eram realizadas pela manhã, sempre com início às dez horas. Na realizada em 5 de maio¹¹, estavam presentes os vereadores Tenente Coronel José Gabriel de Oliveira e Souza, Januário Domingues, Peregrino de Oliveira Lino e Wilber Fish Mac Knight. Na ocasião foi apresentada uma proposta do vereador Mac Knight, para a melhora das sarjetas localizadas no trecho que compreendia a rua Marechal Floriano Peixoto e da rua Inácio Antonio. A

proposta foi aprovada pelo demais vereadores.

Um voto solene apresentado na sessão de dez de abril dava conta de que os vereadores locais enviavam um voto de pesar pelo falecimento do “bravo soldado republicano, Coronel Moreira César, que havia morrido nos sertões da Bahia defendendo a República”.

Na sessão de 15 de maio¹² daquele ano há um registro interessante, no qual o então presidente da Câmara, José Gabriel de Oliveira, a prefeitura já havia adquirido “grande parte do material para a construção do novo cemitério, definido para ser construído num local mais afastado da população, visto que a localização do atual cemitério havia sido promulgada como inconveniente pelo doutor Luís França, inspetor sanitário. Na sequência do debate sobre o tema, o vereador Oliveira e Souza apontou o grande número de mortes por febre amarela na cidade, fazendo com que a medida fosse implementada de forma urgente. O terreno pertencia ao cidadão Brasília Bueno Rangel, que não pretendia doar sua propriedade com o fim solicitado.”

Outra sessão daquele ano, a de 13 de junho de 1897¹³, mostrava o balancete das receitas e despesas da Câmara, em torno de “ R 1:204\$150 e a despesa no mesmo período importa na quantia de R 5:241\$102, demonstrando um saldo em Caixa em favor da Câmara na quantia de R 15:245\$008.”

Na sessão de 6 de setembro daquele ano¹⁴, há o registro de que “ foi apresentada pelo carcereiro da cadeia desta vila, uma conta de fornecimento de comida aos presos, na importância de 38 mil réis. A Câmara mandou pagar a referida importância.”

A ata de 6 de dezembro¹⁵ dava conta dos tipos de impostos recebidos pela vila naquela ocasião : “ imposto sobre prédios urbanos 1.500\$000; imposto sobre prédios na estação, 700\$000; imposto sobre indústrias e profissões, 3.600\$000 ; imposto sobre negociantes e fabricantes de aguardente. 4.000\$000 ; imposto sobre negócio de fazenda, ferragens, calçados, louças, roupas feitas e chapéus, 300 \$ 000; imposto para armazéns e botequins, 800\$000; imposto para carros, troles e carroças. 700\$000; aferições de prazos e medidas, 250\$000 ; mascates, hotéis, restaurantes, bilhares, sapateiros, barbeiros . 2500\$000; imposto sobre carnes verdes, 800\$000; imposto sobre abertura de negócios. 700\$000 ; imposto para agricultores e mercadores de frutas, 1000\$000 ; cemitério municipal, 900\$000; multas dos impostos, 150\$000.”

1880

Em 16 de setembro de 1880¹⁶, a Câmara discutiu o caso do portão que será instalado na estação ferroviária. A Comissão de Obras Públicas ficou com a responsabilidade de orçar este portão.

1895

Em 5 de abril de 1895¹⁷, foi lido um ofício do alferes Urbano Ibetinga da Silveira, pedindo sua exoneração do cargo de secretário da Câmara, em virtude de mudança para outro município. Na mesma sessão, “ foi lido um ofício do Dr. Cesário Mota Júnior, Ministro do Interior, pedindo informação ao Ministro da Justiça, em virtude das reclamações de diversos italianos residentes neste município que pediram indenização pelos prejuízos que sofreram com a proibição de venda de melancia”.

Uma comissão de vereadores foi constituída para emitir uma parecer sobre o assunto. Eis o que ficou decidido:

“Pelo cidadão presidente da Câmara foi lida a cópia do ofício enviado pelo Ministro, dando as informações pedidas sob a reclamação dos italianos por prejuízos pela proibição da venda de melancias. O cidadão presidente declarou à Câmara que em virtude da urgência do pedido não foi possível reunir a Câmara para tratar do assunto, pelo que pedia a sua aprovação para a resposta, visto que não foi assinado por todos os vereadores, sendo posta em discussão , foi aprovado.” Os vereadores mostraram-se solidários com a solicitação dos comerciantes, insistindo junto ao Sr. ministro para que fossem revogadas as proibições para a venda do produto na cidade.

1898

Na sessão de 15 de fevereiro¹⁸ de 1898, entrou em discussão um requerimento assinado por vários moradores da rua 15 de novembro, pedindo aumento de lampiões naquela rua. A Comissão de Finanças e Obras Públicas providenciou a instalação de mais dois lampiões aos requerentes.

Em junho de 1898, as discussões maiores eram sobre a construção de encanamentos de água potável para a população. Na reunião realizada em 6 de junho¹⁹, existem as seguintes informações : “A Câmara não tem conseguido dar andamento aos assuntos de abastecimento de água potável para esta vila, visto que os materiais necessários são quase todos importados do estrangeiro. Não obstante, não convém que esta corporação deixe de tratar deste grande melhoramento logo que a taxa cambial apresente melhoras.” Na mesma sessão, os vereadores optaram por guardar o dinheiro “ os dez contos de réis devem ser aplicados num banco de confiança, para que depois seja aplicado no encanamento de água potável, com ajuda do governo do Estado, a câmara se habilita a dar execução na obra.” Em agosto, uma resolução do Legislativo autoriza o depósito dos dez contos de réis no banco.

Na ata de 9 de novembro de 1898²⁰, foram apresentados os resultados das eleições para juiz de paz e vereadores, com os seguintes resultados :

PARA JUIZ DE PAZ:

Capitão Joaquim Veríssimo de Oliveira, negociante, 86 votos,

Manoel Ferraz de Souza Campos, capitalista, 74 votos,

João Machado de Oliveira, negociante, 67 votos,

Gabriel de Campos Machado, empregado público, 17 votos,

Bento Redher, lavrador, 9 votos,

Tenente João Eduardo Stagle, 4 votos,

Cesário Cavalcante Leite, 2 votos,

Januário Domingues, 1 voto,

João Pedro Toledo Martins, 1 voto.

Para vereador :

João Gabriel de Oliveira Souza, negociante, 51 votos,

Capitão Antonio Benedito de Oliveira, 50 votos,

Alferes Antonio Francisco da Silva, negociante, 48 votos,

Carlos Murbach, negociante, 47 votos,

Major João Frederico Redher, lavrador, 46 votos,

Capitão Theodoro Guilherme Redher, lavrador, 9 votos,

Joaquim Oliveira Machado, empregado público, 9 votos,

Antonio Oliveira Campos, lavrador, 8 votos,

José Antonio Penteado, artista, 7 votos,

Francisco Antonio de Godoy, lavrador, 6 votos,

Tenente Peregrino de Oliveira Lino, negociante, 6 votos,

Bento Redher, 2 votos,

Joaquim Melo Franquino, 2 votos,

João Pedro de Toledo Martins, 2 votos,

Gabriel de Campos Machado, 1 voto,

Manoel Ferraz de Souza Campos, 1 voto,

Antonio Bernardo Rangel, 1 voto

José Ferraz de Campos, 1 voto.

Na época, os vereadores eram eleitos para períodos legislativos que duravam apenas três anos.

Na sua última sessão, de 30 de dezembro²¹, o legislativo lançou um imposto especial “para os negócios que fossem estabelecidos fora do perímetro urbano da Vila de Santa Bárbara”.

1900

Uma máquina de formicida. Esta foi a primeira aquisição que a Câmara autorizou em fevereiro de 1900²², para extinguir a grande quantidade de formigas existentes na vila.

Em maio do mesmo ano²³, a Câmara aprovou o seu projeto de lei nº 42, que autorizava o Poder Executivo a “despender até seis contos de réis para resolver a questão pendente das divisas deste município com a cidade de Campinas, sendo este serviço feito por engenheiro habilitado, que era igualmente autorizado a ajustar advogados para defender os direitos deste município e onde fosse preciso, seria usada a verba a ser aprovada.”

Em 5 de agosto²⁴, o vereador Capitão Antonio Benedito de Oliveira indicou que a Câmara autorizasse o Intendente Municipal a fazer aquisição de bancos para o jardim público desta vila. Posto em discussão, o pedido foi aprovado.” Aprovou-se também, na sessão seguinte, realizada em 5 de setembro²⁵, um pedido do cidadão Paulo Sach, que postulava sobre a conveniência da abertura de mais uma farmácia nesta vila.”

As discussões para instalação do primeiro Grupo Escolar do município ocorreram na sessão de 5 de setembro de 1901²⁶, quando foi apresentado o projeto de lei nº 45, no qual “ a Câmara Municipal resolve mandar construir um prédio para ser instalado o Grupo Escolar desta vila, de acordo com a planta organizada pela superintendência de obras públicas e aprovada pelo Governo do Estado. “ No mesmo projeto, é franqueada ao Poder executivo, a possibilidade de “adquirir para a referida construção o terreno pertencente a Alexandre Batalha, situado na rua Prudente de Moraes” e admite que se houver dificuldade na negociação com o imóvel, “a Câmara poderia declará-lo como de utilidade pública e autorizar o Intendente Municipal a promover a sua desapropriação”.

1902

Um fato curioso marcou o início das atividades legislativas de 1902. É que a Câmara era composta então por seis vereadores. E no final da apuração dos votos, os cinco primeiros colocados não tiveram dificuldades para a eleição, sendo promulgados os nomes de Antonio Benedito de Oliveira, Joaquim Veríssimo de Oliveira, Peregrino Oliveira Lino, Januário Domingues e José Antonio Penteado.

Empatados ficaram os cidadãos Ignácio Caetano Leme, Sebastião Ferraz de Campos e Lázaro Benedito de Oliveira. Como critério para o desempate e portanto, para assumir o cargo de vereador, foi escolhido o sistema de “sorteio” da vaga. O ato do sorteio — que tinha como base o Artigo 151 do decreto nº 20 de 5 de fevereiro de 1892 — foi realizado em 30 de dezembro de 1901 e a vaga foi conquistada pelo cidadão Sebastião Ferraz de Campos.

Em 6 de agosto daquele ano²⁷, a Câmara discutiu um projeto de lei, cujo registro diz : “ O cidadão Intendente Municipal, traz a consideração da Câmara a proposta do Engenheiro Chefe do 3º Distrito, por parte do Governo do Estado, para a conservação da estrada desta Villa até as Estações da Villa americana, mediante quantia de 50 mil réis por km. anual, sendo posta em discussão a referida proposta, foi aceita e autorizado ao cidadão intendente a fazer o respectivo contrato.”

1903

O ano começou com a eleição do vereador Capitão Antonio Benedicto para presidir a Câmara. Ele obteve quatro dos cinco votos existentes, sendo eleito . Contudo, faleceu em 22 de fevereiro do mesmo ano.

1904

Em 1904 tivemos novas eleições para o Legislativo barbareense, realizadas em 30 de outubro, que elegeram os Srs. Peregrino de Oliveira Lino, com 129 votos; empatados com 128 , os vereadores Januário Domingues, Ignácio Caetano Leme, Coronel José Gabriel de Oliveira; com 126 votos, Joaquim Azanha Galvão e com 125 votos, Tomas Hisse.

1916

Na sessão de 23 de maio²⁸, houve uma discussão particular para dividir o Município em três seções eleitorais, designando-se o prédio do teatro para o funcionamento das mesas e urnas.

Em 5 de junho²⁹ foi aprovada uma lei que “ proíbe o uso de busca-pés, tiros de roqueiras ou quaisquer tipos de fogos de artifício, incluindo balões no perímetro da cidade. O infrator deveria pagar uma multa de 30\$000 (trinta mil réis).

Em 11 de dezembro daquele ano³⁰ o vereador Joaquim Azanha Galvão apresentou o projeto de lei de n.º 105, que regulamentava pela primeira vez na cidade a venda de carnes, que deveria ser feita exclusivamente nos açougues da cidade e a partir das seguintes normas:

“ Solo revestido impermeável de mosaico ou azulejo e com pequeno declive para favorecer o escoamento de resíduos líquidos; as paredes com até dois metros de altura; teto gradeado ou com orifícios, não podendo ter menos de dezoito palmos (quatro metros) de altura do solo e com espaço de 16 m²: as portas deverão medir 2,80 por 1,10 no mínimo e quando não seja inteiriça pelo menos 1,80 na parte superior e deverão ser de grade de ferro; as mesas e os balcões serão recobertos de pedra mármore; suportes , travessas e ganchos serão de ferro e afastados das paredes pelo menos 30 centímetros; as salas do açougue e suas demais dependências não poderiam ter comunicação com outras dependências do prédio, nem servir como dormitório; não era permitido pendurar amostras de carne nas portas do estabelecimentos, sob pena de multas serem aplicadas no valor de 10\$000, dez mil réis”.

A última sessão do ano, realizada em 15 de dezembro, foi suspensa, em virtude do falecimento do vereador Ezequiel Belton Pyles.

1917

O prefeito da época fez um pedido de autorização para que a Câmara liberasse a compra ³¹ “ de um animal para o serviço de remoção de águas servidas “.

Legislação aprovada em 15 de março de 1917³², mostrava a preocupação do Legislativo com a educação no município. E dava conta de uma Lei apresentada pela Comissão de Instrução Pública, que “obriga os responsáveis por crianças de 9 a 14 anos a matricularem seus filhos nas escolas. Quem não matriculasse estaria sujeito a multa de 10\$000, dez mil réis e de 20\$000, vinte mil, se não matriculasse após o pagamento da primeira multa. E se as crianças faltassem por dez dias consecutivos, sem ter um motivo justo provado pelos responsáveis , estes pagariam uma multa de 50\$000, cinquenta mil réis. Foi criada na ocasião uma Caixa Escolar Municipal, destinada a fornecer roupas e livros a crianças carentes, que não tinham condições de comprar. A Caixa era mantida pelas multas da lei aprovada, por donativos particulares e subvenção da própria Câmara.”

Em 5 de outubro³³ foi aprovado um projeto, apresentado pela Comissão de Finanças, que “concede gratuitamente um terreno e deixa livre de todos os impostos as indústrias ou empresas que se instalem na cidade e se ocupem de um grande número de operários. Durante vinte anos esta isenção vigoraria, depois não.” Na mesma sessão, aprovou-se o apoio similar isenção a um “ hotel que se instalasse na cidade, que não deveria pagar impostos e taxas de iluminação pública por um período de dez anos.”

Em 27 de outubro daquele mesmo ano³⁴, a Câmara aprovava o orçamento municipal para vigorar em 1918, no valor de 38:640\$000, trinta e oito mil e seiscentos e quarenta réis): “ É autorizado que o prefeito arrecade por meio de leis os impostos abaixo : imposto predial, 3:500\$ 000 ; imposto da carne verde, 1:600\$000; imposto de muros e calçamentos, 200\$000 ; impostos de aferição de pesos e medidas e de abertura de negócios, 500\$000; impostos de cafeeiros formados 400\$000; impostos de veículos 1:600\$000; renda do cemitério 700\$000; dívida ativa 3:000\$000. E fica autorizado que o prefeito despenda a quantia constante para as seguintes verbas : ordenados e gratificações do Secretário da Câmara e da Prefeitura, 1:000\$000; primeiro fiscal 1:000\$000; segundo fiscal 800\$000; administrador de matadouro 400\$000; administrador do cemitério 480\$000; porteiro da câmara 300\$000; procurador da câmara, 1:200\$000 ; subvenções, cidadão prefeito municipal, 1:200\$000; delegado de polícia, 1:200\$000; médico que residir na cidade para servir os indigentes 1:000\$000; Caixa escolar municipal, 300\$000; higiene municipal, retirada de lixo e águas servidas, 1:700\$000; desinfestações 200\$000; assistência pública, medicamentos e socorros a indigentes, 800\$000; diversos, pagamentos de juros da dívida passiva, 3:823\$000; saneamento da cidade, 2:000\$000; despesas não previstas 800\$000; expediente e publicações, 1:000\$000 ; música no jardim 500\$000; serviço de advogado 400\$000; despesas do cemitério 600\$000; obras públicas em geral 11:537\$000; iluminação pública, 6:400\$000.”

Em 5 de dezembro³⁵, foi apresentado “um requerimento assinado por João Baptista de Campos e diversas lavadeiras de roupas residentes na rua General Câmara e nas proximidades, pedindo o prolongamento desta rua até o Ribeirão dos Toledos ou a criação de uma avenida até este ribeirão. Apresentado como projeto de lei pelo vereador Guilherme Hisse, foi aprovada a abertura da rua Duque de Caxias até o Ribeirão dos Toledos.”

1920

Na sessão de 6 de dezembro de 1920³⁶, foi aprovado um parecer, onde a Câmara se comprometia a “auxiliar, com a quantia de 100\$000,00 (cem mil réis), os diretores do Esporte Clube União Barbarense, para a construção de um campo para os seus jogos, com todos os aperfeiçoamentos necessários.”

1921

Várias decisões foram implementadas naquele ano, conforme detalhes encontrados nas atas da época. Na sessão de 23 de maio³⁷, por exemplo, estavam as seguintes indicações: “De acordo com o que foi resolvido na presente sessão, fica a Prefeitura autorizada a conservar o trecho de estrada a partir desta cidade às propriedades de Ferdinando Mollon, na estrada velha de Americana; fica também o prefeito autorizado a mandar proceder reparos na ponte do Ribeirão dos Toledos, da estrada que conduz a vila Americana e também a execução de reparos que exigem urgência, no Matadouro Municipal.”

E na ata de 6 de junho de 1921³⁸ foi aprovado um parecer, autorizando um pedido de isenção de impostos “para o botequim feito por Antônio Lins Ribeiro Guimarães, presidente do União Agrícola Barbarense, que pretendia implantar o citado botequim no seu campo de jogos”.

1922

Os anais da casa registraram um pedido assinado por Thomaz Alonso Keese, solicitando a doação de um terreno existente junto ao grupo escolar — de propriedade da Câmara — para que nele fosse construído um templo protestante.

1925

O projeto de lei nº 139, de 6 de abril de 1925³⁹, renovava por mais dez anos o contrato de fornecimento de energia elétrica com a Empresa Rawlinson, Muller e Companhia, para o fornecimento de força e luz para o município, “vigorando todas as condições do contrato lavrado nas notas do Escrivão de Paz desta cidade em data de 10 de junho de 1914.”

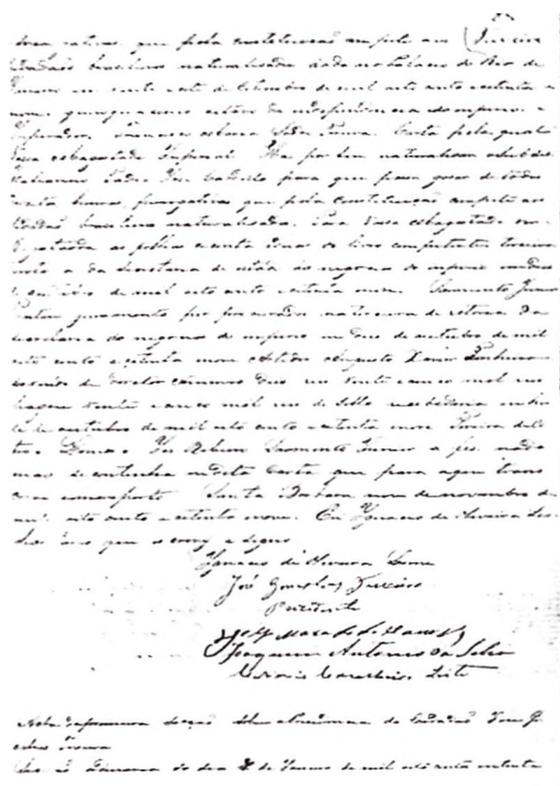
1928

Em 1928, a cidade contava com 250 eleitores. Na sessão da Câmara de 2/2/1928⁴⁰, em virtude da realização no dia 24 de fevereiro daquele ano para deputados e senadores, a Câmara designou que os eleitores comparecessem ao edifício da Câmara para votarem em duas sessões separadas.

Transcrição manuscrita de uma ata de sessão da Câmara Municipal de Barão do Rio Branco, datada de 23 de maio de 1921. O texto trata da autorização para a conservação de um trecho de estrada e da execução de reparos em uma ponte e no Matadouro Municipal.

Na sessão de 21 de dezembro de 1929⁴¹, foi aprovado um projeto de lei, em que se proibia o sepultamento do cemitério municipal de cima, denominado " novo", situado na chácara Machadinho. O projeto informava que "a prefeitura entrará em acordo com quem de direito para a remoção das sepulturas perpétuas ali existentes, trasladando -as para o atual cemitério municipal com prerrogativas a elas inerentes, sem despesas ou ônus para os particulares." e informava também que "feitas as remoções, o terreno do

referido cemitério, como bem público que é, terá o destino que a municipalidade designar."



1931

Na sessão de 5 de setembro de 1931⁴², a Câmara aprovou um projeto de lei no qual o prefeito da época fica autorizado a adquirir um terreno, de propriedade do Sr. Walter Aranha de Oliveira, "medindo 1,90 metros de largura por 46 metros de extensão, na rua Dona Margarida, entre as ruas Prudente de Moraes e Graça Martins, necessária ao alargamento da rua Dona Margarida neste trecho". No mesmo projeto a Câmara designava a quantia de 950\$000,00 (novecentos e cinquenta mil réis) para o valor da execução daquela propositura.

1932

Vários vereadores participaram da Revolução Constitucionalista de 1932, quando São Paulo se sublevou contra a política do Estado Novo implantada por Getúlio Vargas. Em cima de caminhões que

transportavam açúcar, os soldados barbarenses foram designados para servir no front. Entre eles, os ex-vereadores Walter Aranha de Oliveira (que foi guindado ao cargo de sargento), Argemiro Saes e Zeno Domingues Maia.

1936

Em 5 de agosto de 1936⁴³, o prefeito foi autorizado pela Câmara a conceder por doação um terreno de 21 metros para a rua XV de Novembro e 59 metros para a rua Graça Martins, para que a Igreja Evangélica Presbiteriana construísse nele um templo e uma escola dominical.

No mesmo ano, em 5 de setembro, foi autorizada a instalação da "Primeira Escola Brasileira de Aradores", a ser mantida com contribuições particulares de entidades públicas, pelas taxas de matrícula e diplomas dos alunos e pela renda dos serviços executados.

1937

Na ata de 5 de fevereiro de 1937⁴⁴, foi aprovado um pedido do Prefeito, solicitando um crédito especial de 45:000 (quatro contos de réis), para a compra de postes, mudas e outras benfeitorias que serviriam para a construção do Jardim no Largo da Matriz.

E na mesma ocasião, foi aprovada a desapropriação de uma faixa de terra de 3.130 metros quadrados, que começava junto a encruzilhada da estrada velha da Fazenda Jamaica até a divisa da mesma, num total de 213 metros de extensão por 10 metros de largura. A propriedade era de Lengard Miller e foi desapropriada porque a comissão de Legislação julgou de utilidade pública a passagem da estrada municipal Santa Bárbara-Limeira, através da propriedade citada.

Houve um episódio de renúncia naquele ano. Já na sessão de 3 de janeiro de 1948⁴⁵, o então vereador Carlos Steagall apresentou uma carta de renúncia, apenas dois dias depois de ter assumido o cargo de vereador, alegando em correspondência encaminhado ao então presidente da casa, Zeno Domingues Maia, “ a minha resolução de renunciar ao meu mandato de vereador municipal perante essa digníssima assembléia de ilustres e dignos patriotas; podendo V.Sa. providenciar a convocação de suplente por quanto esta tem caráter absolutamente irrevogável.”

O então suplente, Irineu Gasparini estava presente ao ato e só não assumiu naquele momento porque não portava os documentos necessários, ficando a sua posse transferida para a próxima sessão. Que aconteceu no dia 5 de janeiro, quando então Steagall pediu a reconsideração de seu gesto anterior. Zeno Maia, na discussão posterior alegou que a reconsideração de Steagall tinha valor jurídico, pois a ata na qual ele solicitava a renúncia, não havia sido lida e aprovada anteriormente.

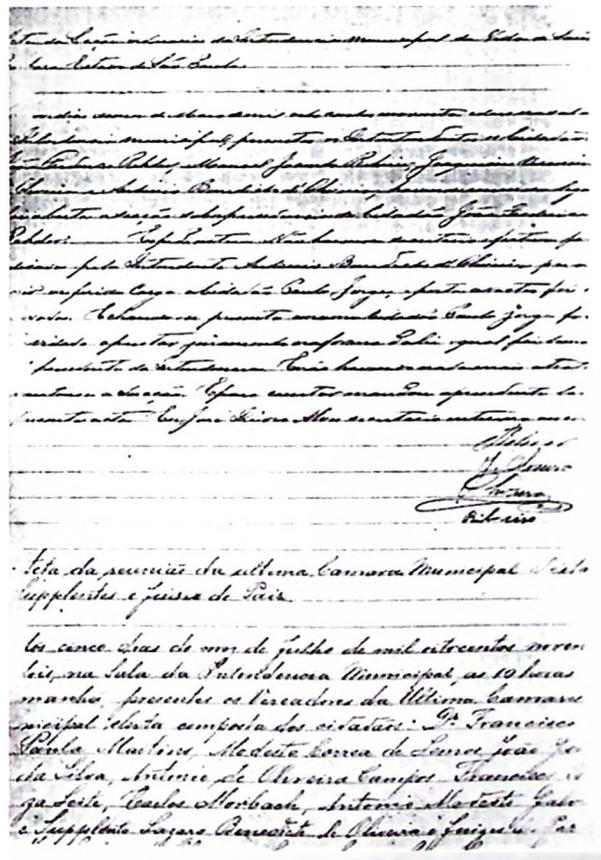
No dia 10 de janeiro foi realizada nova sessão, com idas e vindas de argumentações. Com o plenário dividido, por sete votos contra seis, o pedido de renúncia de Carlos Steagall prevaleceu, assumindo em seu lugar o vereador Irineu Gasparini.

Noutra sessão importante daquele ano, realizada em 10 de julho⁴⁶, autoridades religiosas da região, bispo de Piracicaba, dom Ernesto de Paula, e o Vigário de Santa Bárbara, Monsenhor Henrique Nicopeli, representantes de irmandades religiosas e convidados especiais, participaram de uma sessão solene, com o objetivo de intronizar a imagem de Jesus Crucificado na sala das sessões da Câmara.

Neste ano, começam a aparecer divergências entre o Legislativo e a imprensa local, conforme se localiza na ata de 23 de novembro de 1949⁴⁷, quando o então vereador Osny Martins Cruz, solicitou autorização para processar o jornalista Olto Sfamin, que através de uma coluna assinada no jornal “A Vanguarda” — ligado ao Partido Integralista — “ vem tecendo comentários desonrosos e infundados aos ilustríssimos vereadores”.

A sessão de 19 de junho de 1951⁴⁸ foi convocada para votar dois importantes projetos de lei : num, a Câmara autorizava a prefeitura a assumir uma dívida de CR\$ 281.200,00 (duzentos e oitenta e um mil e duzentos cruzeiros) que seriam destinados exclusivamente ao calçamento da rua 15 de novembro e Dona Margarida, numa extensão de 7.600 m2 e noutro, autorizava o prefeito a contratar o engenheiro Waldemar de Oliveira Urbano para a elaboração de trabalhos de levantamento topográfico para estudos e projetos relativos aos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários da cidade.

Presidida pelo vereador Ângelo Sans, a sessão de 19 de fevereiro de 1952⁴⁹ marcou um novo protesto da edilidade contra a imprensa local. Os vereadores insistiam para que fosse implantado o sistema de



iluminação pública nas vilas Pires, Maria e Alves o referido benefício. E contestavam também as críticas inseridas na edição do "Jornal d'Oeste", de 17 de fevereiro daquele ano, criticando o desempenho dos vereadores.

O artigo, assinado pelo pseudônimo de Petit Grilo⁵⁰, sob o título "Problemas de iluminação", afirmava em um dos seus trechos que "não trata-se apenas de reclamarmos mais luzes, mais bom senso, mais espírito público e menos demagogia para os representantes do povo na nossa edilidade, os quais em vez de abordarem assuntos ou problemas exequíveis, cuja solução exija mais urgência, estreiam nos trabalhos legislativos apresentando projetos bombásticos que nem mesmo ainda preocuparam camaristas de cidades importantes, tais como o projeto de ereção de um canil com todos os requisitos de técnica veterinária, hospitalar, hospedaria e quejandos"

"Por que não se lembraram — dizia o articulista mais adiante — os nossos trêfegos camaristas, de estudar desde logo, por sua urgente necessidade, os melhoramentos de que carece o Largo da Estação ? E o muro do cemitério, que também entesta com a plataforma da nossa estação ferroviária?", entre outras sugestões e provocações, que terminavam com a afirmação poética : " Ó céus, entornai a vossa cornucópia de misericórdia sobre nós, resolvendo os nossos problemas de iluminação. Iluminação física e iluminação psíquica. Senão, ai de nós !"

Novamente a partir de denúncias publicadas pela imprensa local, os vereadores voltaram a criticar a falta de ação do Poder Executivo, como registra a ata da câmara de 25 de agosto de 1952⁵¹, quando, por indicação do então vereador Dirceu Dias Carneiro, foi encaminhado ao prefeito um "protesto contra o estado em que se encontram as vias públicas de nossa cidade, principalmente no trecho compreendido entre as ruas Graça Martins, entre Riachuelo e Ignácio Antonio, onde o esgoto corre na superfície da terra ao invés de no sub-solo".

1953

Em sessão especial, realizada em 13 de agosto de 1953, na presença do então Governador do Estado, Dr. Lucas Nogueira Garcez, foi-lhe outorgado o título de "Cidadão Barbarense", bem como inaugurada sua foto no Salão Nobre da Câmara. Além do então presidente Ângelo Sans, fez uso da palavra o governador Garcez.

1954

Na sessão de 8 de maio de 1954⁵², foi aprovado um projeto de lei "que autorizava a criação de um crédito de CR\$ 200.000.00, duzentos mil cruzeiros, para o reinício das obras de construção do prédio da Biblioteca Municipal.

Uma sessão extraordinária foi convocada para o dia 24 de agosto deste mesmo ano⁵³, "com a finalidade de prestar sua homenagem póstuma a Getúlio Dorneles Vargas, tragicamente desaparecido. O vereador Mário Benith apresentou um requerimento, assinado pelos demais vereadores, solicitando que fosse telegrafado à Câmara, ao Senado Federal e à família de Vargas, apresentando as condolências da Câmara de Santa Bárbara d'Oeste."

1955

Pela primeira vez os Anais da Câmara registraram um pedido formal de afastamento de um prefeito municipal, Américo Emílio Romi, em 11 de julho de 1955⁵⁴, quando "foi aprovado um requerimento do prefeito, pedindo uma licença de 60 dias para fazer uma viagem a alguns países". Em seu lugar, assumiu o vice prefeito, o médico Dr. Domingos Finamore.

1956

Os problemas com o desemprego já assolavam a cidade naqueles dias. E por isto, o então vereador Jorge Júlio encaminhou um ofício na sessão de 9 de abril de 1956⁵⁵, no sentido de que o prefeito municipal entrasse em entendimentos com os proprietários da Metalúrgica Santa Bárbara, tentando conseguir a permanência da empresa na cidade, pois havia intenções de transferi-la para outra localidade.

Posteriormente, em 30 de agosto, a Câmara fez inscrever nos seus anais, cópia de artigo publicado pelo jornal "O Liberal", de Americana, saudando os governantes da cidade e seus empresários, pelo padrão dos empreendimentos. Por sua relevância, transcrevemos também aquela opinião:

"O exemplo de Santa Bárbara d' Oeste"⁵⁶

"Lá não houve projetos de cassação de mandatos. Publicamos na nossa edição de domingo último, diversas leis sancionadas pelo prefeito da vizinha cidade de Santa Bárbara d'Oeste. Pela simples leitura das mesmas, nota-se logo a preocupação de que os atuais responsáveis por aquele município estão imbuídos, no sentido de impulsionar o seu progresso. A promulgação dessas leis não poderia ter sido feita em hora mais oportuna, pois hoje, as atenções todas do Brasil se voltam para Santa Bárbara d' Oeste, com o próximo lançamento dos micro-autos Romi-Isetta. Dentre elas, umas procuram atrair novas indústrias, outras ativar e aumentar a construção de novos prédios. Uma terceira regula a questão dos novos loteamentos, determinando a largura das ruas e a porcentagem que ao município deve caber. É pois de louvar-se a dedicação, o interesse com que os edis barbarenses estão se empenhando na luta pelo progresso da sua terra. No curto espaço de sete meses, aprovaram essas leis simples, mas fadadas a proporcionar grandes benefícios àquela cidade. E por falar em Câmara municipal, lembramo-nos da nossa..." E aí surgem muitas críticas ao desempenho dos edis de Americana.

1959

A questão da telefonia, hoje tão em moda, também era motivo de constantes preocupações entre os vereadores nos idos de 1959, conforme registra a ata da sessão de 9 de março daquele ano⁵⁷, no qual a TEBASA, Telefônica de Santa Bárbara d' Oeste, mostrava a precariedade do seu sistema e pedia o apoio do Legislativo para que este se manifestasse diretamente ao então Presidente da República, Juscelino Kubistcheck de Oliveira, no sentido de que o governo federal revisse suas instruções normativas no sentido de facilitar a produção nacional de equipamentos de telefonia, bem como desse mais apoio para que os serviços privados pudessem atuar no importante campo da telefonia, concluindo então o pronunciamento da edilidade barbarenses ao presidente JK com o seguinte trecho: "A situação financeira de empresas ameaçadas de colapso, o perfeito funcionamento de tão importante serviço de comunicações como também a demanda reclamada há tantos anos, solicitam, com a máxima urgência, a atenção de Vossa Excelência."



1960

Foi aprovado um requerimento feito pelo vereador Xisto Sans, na sessão de 8 de fevereiro de 1960⁵⁸, protestando contra o ato "do coordenador de ensino comercial da Região de Campinas, porque ele fechou a Escola Comercial de Santa Bárbara, alegando que a escola não tinha prédio próprio e faltava laboratório para a escola.

No mesmo dia, o prefeito e o diretor da escola partiram para o Rio de Janeiro, com o objetivo de intercederem junto às autoridades, com objetivo de revogarem a decisão.

1961

Na sessão realizada em 24 de abril de 1961⁵⁹, foi aprovado o requerimento de nº 16/61, assinado pelo vereador Benedito da Costa Machado,, cobrando informações do prefeito, no sentido de saber " por qual motivo está sendo vendido pão nesta cidade a CR\$ 50.00 o quilo, se nas cidades vizinhas o pão está sendo vendido a preço mais baixo". Segundo o vereador, em Americana, o mesmo produto custava CR\$ 46.00 e em Itapetininga, CR\$ 48.00. Havia informações na época de que a Cooperativa dos Panificadores tinha confundido os índices e aplicado os maiores na cidade de Santa Bárbara, para o que os vereadores se manifestavam solicitando a diminuição.

1963

As relações entre Santa Bárbara e Americana, nem sempre foram tão cordiais. A ponto de os arquivos do legislativo barbarenses registrar em uma das suas atas, em 29 de março de 1963⁶⁰, que " o prefeito de Americana pretendia avançar em 1500 metros a divisa entre Santa Bárbara e Americana, sendo isto publicado

Ginásio do Estado

Demora de Administração
Ato de competência atribuída emenda da Carta do Ensino Secundário Normal, estiveram abertas as inscrições aos exames de admissão em segunda época ao Ginásio Estadual de Santa Bárbara (D'Oeste). As provas, segundo horário fixado na portaria do estabelecimento, serão realizadas de 20 a 22 do corrente, conforme horário fixado em local competente e no Ginásio.

Os candidatos aprovados em referidos exames serão matriculados à matrícula necessitam vagas na mesma série. É possível a aprovação de todos, de vez que a Diretoria de Ensino de ensino aguarda o concurso do funcionamento de uma terceira turma desta série ginásial, sendo esta afeta à Secretaria de Educação.

Matriculas
Consoante edital afixado na portaria do Ginásio do Estado em suas inscrições as diversas séries daquele estabelecimento de ensino secundário.

Das 18 19 20, serão realizadas os requerimentos de algumas repetentes das mesmas séries, dia 21 serão matriculados os alunos da 2ª série, dia 22 da 1ª série e dia 23 da 4ª série.

Os candidatos aprovados em exames de 1ª época

Não se trata aqui, de deficiência de iluminação pública, que vem sendo em parte solucionada e as horas de trabalho perdidas pelas eletristas, sem que angustiem por isso os comarcas, pelo menos aparentemente.

Traza as apenas de reclamarem má iluminação, mas não sabem, mas espírito público e menos demagogia para os representantes do povo na nossa edilidade, os quais, em vez de abordarem assuntos ou problemas que possam ser solucionados mais rapidamente, se restringem aos trabalhos legislativos apresentando projetos bombásticos que nem mesmo ainda preocuparam os comarcas de outras localidades, tais como o projeto de criação de um casarão para todos os requisitos de higiene veterinária, hospitalar, hospedeira e queridiana.

Mesmo o projeto de construção de um município público, o qual, se bem que necessário e mais lógico, diante das atuais possibilidades financeiras do município, é por enquanto de notória inexequibilidade devido ao seu elevado custo.

Porque ainda não se lembraram os nossos representantes, de estudar desde logo, por sua urgente necessidade os melhoramentos de que carece o "LARGO DA ESTAÇÃO".

E o muro do quilômetro que também existia em a plataforma da esta estação ferroviária?

Essa não são coisas lógicas que deveriam ser feitas antes de serem realizadas, e que, por si só, forneceriam elementos para criar castas em torno dos projetos visando de demonstrar produção legislativa.

A Prefeitura, pelo seu dinamismo e idealista chefe está tentando muito à obra de melhorar o aspecto da cidade. Os problemas por nós apontados não poderão de forma alguma escapar das suas cogitações, e isto seguramente.

Colaborem os nossos edis, com o Excmo. Municipal afim de encontrar meios para estancar essas cheias que ainda nos envoltam, e terão feito muita coisa para o bem da cidade, e terão feito muita coisa para o futuro, se é que algum o desejo, já no início dos tempos quatro anos que deveremos esperar para novas eleições.

Gratias, entretanto a vossa cortesia de matriculas sobre nós, resolvendo os nossos problemas de iluminação.

Iluminação física e eliminação poeiral. Sonda, ai de nós!

Patit Grilo

POSTO DE SAUDE

Aviso a população

A chefe do Posto de Saúde de Santa Bárbara (D'Oeste), avisa à população em geral que o P. A. M. S. local, sito à rua General Osório, 499, tem à inteira disposição dos interessados e gratuitamente, vacinas preventivas contra TIFO, CHUPE VARIOLA e TUBERCULOSE.

A V I S O

O cartório de menores Juiz de Menores, sito em Piracaba, está aberto por menores naquele cidade que forem endossados para os requerimentos de autorização judicial de idade que deverão ser apresentados ao Juiz de Menores nesta cidade. Em guisa aos comarcas Benedito da Costa Machado e Benedito da Costa Machado, em 29 de março de 1963, que " o prefeito de Americana pretendia avançar em 1500 metros a divisa entre Santa Bárbara e Americana, sendo isto publicado

Concurren para Rainha da Cidade

no jornal " Diário de São Paulo", na página 11 de 26 de março daquele ano. Este fato provocou revolta nos vereadores da Câmara barbarenses, que discutiram a questão e fizeram discursos inflamados defendendo a integridade territorial do município.

Naquele mesmo ano, foi aprovado , em 30 de agosto, projeto de lei de autoria do então vereador Virgílio Pinto, criando a Biblioteca Pública Municipal.

1965

Neste dia 25/2/65⁶¹ foram deferidos os seguintes requerimentos pela Câmara Municipal de Santa Bárbara: 6/65 do Vereador Gilberto Colla, no sentido de que fosse oficiado ao Exmo. Sr. Dr. José Domingos Aldrovandi, D.D. Deputado Estadual, solicitando sua intercessão junto ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública, para que fossem obtidos mais oito soldados para o Destacamento Policial, em virtude de na época possuía quatro soldados, bem como uma viatura que se encontrava em estado lastimável

Hoje em nossa cidade existem 103 soldados e 9 viaturas de quatro rodas e duas motos - informação obtida pelo soldado da Polícia Militar Clodoaldo da Silva - Batalhão da Polícia Militar de Santa Bárbara. 7/65 - de autoria do vereador Márcio Rangel, para que fosse oficiado ao Departamento do Ministério da Viação e Obras Públicas, Seção de Rádio Comunicações, solicitando as providências necessárias para coibir abusos que estão sendo apresentados pela Auto Viação Americana, com seu aparelho comunicador, da Agência de Santa Bárbara d' Oeste e que interfere constantemente nos aparelhos de televisão da cidade, perturbando a recepção de imagem e som.

1966

Na sessão de 4 de julho de 1966,⁶² o Sr. Presidente, trouxe ao conhecimento do Plenário, que havia recebido vários abaixo assinados, pedindo que a feira-livre voltasse a funcionar aos domingos. O Sr. Vereador Márcio Rangel, comunicou a todos que também havia recebido abaixo assinados pedindo que feira voltasse a ser aos domingos, já que a população estava insatisfeita com a feira aos sábados.

O Sr. Prefeito, por intermédio da Câmara, decretou a volta da Feira-livre aos domingos.

1967

No dia 3 de julho de 1967⁶³, a moção de nº 102/67 apresentada na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, pelo nobre Deputado Marcondes Filho, apelando ao Banco Nacional de Habilitação a fim de que fosse firmado convênio com a Prefeitura de Santa Bárbara d' Oeste, pra a construção de 200 casas destinadas à população de poucos recursos.

Na sessão do dia 25 de setembro de 1967 foram apresentados os seguintes requerimentos: 15/67 de autoria do nobre vereador Sr. Dr. Clovis Haddad, pra que o Sr. Prefeito estude a possibilidade de auxiliar o Grêmio Dramático Santa Bárbara, tendo em vista o elevado nome dado à nossa terra pela brilhante atuação e classificação conseguida em concurso em Campinas.

16/67 de iniciativa do Sr. Vereador Nelson Sartori, para que se officie ao Exmo. Sr. Deputado Ulisses Guimarães, pelo seu elevado espirito público, consignando no orçamento da União, verba destinada a construção do prédio do Correio e Telégrafo em nossa cidade.

1968

Várias construções receberam o aval da Câmara naquele ano para serem implementadas. Na sessão realizada em 4 de março⁶⁴, foram aprovados créditos da ordem de NCR\$ 81.886,20, para atender a construção de obras como uma ponte de concreto sobre o córrego Araçariguama, no valor de NCR\$ 42.550,00, outra para a construção de outra ponte de concreto sobre o ribeirão dos toledos na Estrada da Cachoeira, no valor de NCR\$ 35.620,00 e também a construção de mosaico tipo português no canteiro da Avenida Monte Castelo, no valor de NCR\$ 3.716,20.

1970

Uma indicação do então vereador José Mario da Silva, na sessão de 21 de março de 1970⁶⁵, solicitava que se officiasse aos então prefeitos de Americana, Santa Bárbara, bem como o Governador do Estado de São Paulo, sobre "a possibilidade de construção de duas pistas na estrada que liga nossa cidade a cidade de Americana, iluminando esse trecho se possível."

1971

A sessão de 3 de fevereiro daquele ano foi polêmica⁶⁶, pois discutiu-se naquela ocasião o projeto de lei 2/71, transformando o Mercado Municipal em Ginásio Estadual (que posteriormente instalou-se na Vila Linópolis - hoje Escola Estadual de 1.º grau Maria Guilhermina Lopes Fagundes). Trata-se de prédio onde funciona hoje a Guarda Civil Municipal, a Polícia Militar e outros Órgãos Públicos. Houve críticas à iniciativa, alguns vereadores manifestaram-se contra, pois preferiam a construção de uma escola em outro local; outros privilegiavam a decisão, por tratar-se de ação econômica, mais rápida e que possibilitaria a instalação da escola em menor prazo de tempo. Havia ainda um grupo que pretendia transformar o antigo mercado em estação rodoviária. Foi aprovado, contudo, o projeto original, transferindo o prédio do mercado para o grupo escolar primário.

1972

Em sua sessão de 15 de maio daquele ano, a Câmara registrou um voto de pesar⁶⁷ pelo falecimento, às 15:30 horas daquele mesmo dia, do então vereador Jorge Júlio. A sessão daquele dia foi suspensa.

As despesas do fundo habitação, e de todos os outros fundos, tendo em vista a importância da obra, estão sendo pagas pelo Estado de São Paulo, para a Prefeitura de Americana, com o valor de R\$ 42.550,00. A sessão de 21 de março de 1970, o Sr. Vereador José Mario da Silva, propôs a seguinte proposta: pedir ao Sr. Governador do Estado de São Paulo, para que se officiasse aos então prefeitos de Americana, Santa Bárbara, bem como o Governador do Estado de São Paulo, sobre "a possibilidade de construção de duas pistas na estrada que liga nossa cidade a cidade de Americana, iluminando esse trecho se possível." A sessão de 3 de fevereiro daquele ano foi polêmica, pois discutiu-se naquela ocasião o projeto de lei 2/71, transformando o Mercado Municipal em Ginásio Estadual (que posteriormente instalou-se na Vila Linópolis - hoje Escola Estadual de 1.º grau Maria Guilhermina Lopes Fagundes). Houve críticas à iniciativa, alguns vereadores manifestaram-se contra, pois preferiam a construção de uma escola em outro local; outros privilegiavam a decisão, por tratar-se de ação econômica, mais rápida e que possibilitaria a instalação da escola em menor prazo de tempo. Havia ainda um grupo que pretendia transformar o antigo mercado em estação rodoviária. Foi aprovado, contudo, o projeto original, transferindo o prédio do mercado para o grupo escolar primário.

1974

Em 14 de outubro daquele ano⁶⁸, foi encaminhado para aprovação o projeto de lei de autoria do vereador Gilson Alberto Novaes que dispunha sobre a oficialização do Hino de Santa Bárbara d'Oeste, que acabou sendo promulgado pelo então prefeito Walter Landucci através da lei nº 1116/74, tendo a letra sido feita pelo prof. Francisco Benedito Libardi e a música do prof. Vicente Gimenez.

1974

Naquele ano, várias foram as manifestações contra a convivência não tão pacífica entre homens e animais no perímetro urbano da cidade. Em março, por exemplo, o vereador Benedito Antonio Athanaz

com descomulgado aquele de barbaramente, espero
mudar a atenção da mesa, para que, sendo esta,
através de seus membros a representante legal do
município, se dirija esta à Assembleia Legislativa,
por intermédio de ojeiros e moços aprovados por esta
casa e até mesmo pessoalmente, por meio de seus
membros, em missão especial, a fim de solicitar e ad-
iantar aos ilustres parlamentares a não concordância
do município de Santa Bárbara d'Oeste com o pleitea-
do pelo Prefeito de Americana, Jervis Brito, a sua
suprema sabedoria, disse a alguém quando com
uma moça na mão lhe perguntou: senhor, a que
devo pagar tributo? de quem é a esposa, indagou
Ele: é de Deus, lhe já dava a resposta, então Jervis
respondeu: não a Deus o que a... Dever pertence a
Deus o que é de Deus, portanto, é nosso dever ser
vereador e também dos ilustres parlamentares olhar
a Santa Bárbara d'Oeste o que por direito e razão ven-
me a sua pertencem e pertence, esta denúncia, m. De
vidente e nozes soltas, não se trata de um simples
boato, por tal presença do Prefeito de Americana já
sem publicação no Diário de São Paulo, edição do
dia 20 de mês em curso, 1º caderno, página 11, e,
aqueles que possuíam a desconheciam poderão se
recompensar do que digo, esta é a clarificação de
abrir e de providências em vereadores, não podemos
permitir que interesse algum venha dividir o nome
municipal fazendo diminuir a nossa área territo-
rial com verdadeiro ultraje a nosso povo, e dever
nossa enfrentar a luta sem amolecimento, recha-
cando tudo aquilo que vem ferir a naturalidade de
toda gente que tem e tiveram como bens natas

manifestava-se preocupado com a preservação da saúde da população, solicitando a elaboração de um projeto de lei que pudesse por fim aos currais existentes nos fundos dos quintais dos moradores da cidade. Em outra ocasião, o mesmo vereador solicitou⁶⁹ providências no sentido de “coibir certos abusos, principalmente com animais que andam soltos pelas ruas, prejudicando o trânsito e propiciando acidentes nas vias públicas.”

1975

De autoria do vereador José Benedito Claus, foi aprovado um projeto de lei, na sessão de 11 de agosto de 1975⁷⁰, a Comissão de Justiça da Câmara aprovou ato “autorizando a mesa da Câmara a contratar uma emissora de rádio para a transmissão das suas sessões ordinárias”.

Aprovada Indicação n.º 10/75, de autoria do então vereador Dalmo Antônio Covolan, que reivindicava melhoria no asfalto das vias de toda a cidade, dado o seu precário estado de conservação.

1978

De autoria do vereador Álvaro Alves Correa, a indicação para que fosse construído na cidade uma unidade do Sesi (CATI), tornou-se realidade graças a doação de uma área de terra cedida pelo Sr. Charles Keese Dodson.

1979

Na sessão de 5 de fevereiro daquele ano⁷¹, foi aprovado um projeto de lei de autoria do prefeito, pedindo abertura de um crédito especial no valor de CR\$ 1.776.5000,00 para as despesas com a construção do Centro Social Urbano da cidade.

1980

Em 25 de fevereiro⁷², por indicação do vereador Antonio Panagio, foi solicitado ao poder executivo que realizasse estudos no sentido de construir junto ao futuro Velório Municipal, a instalação de um prédio para o Instituto Médico Legal, com geladeiras, mesa de autópsia e demais equipamentos necessários ao seu funcionamento.

1981

Na sessão de 16 de março daquele ano ⁷³, usando a palavra durante o expediente, o vereador Luís Antonio Panaggio respondeu as críticas feitas pelo jornal "Edição Barbarense", em sua edição de sábado, que fez acusações contra o padre da matriz, Victório Freguglia, sobre os bancos da igreja estarem do lado de fora da matriz. Segundo o vereador, o padre nada tinha a ver com os referidos bancos que, na verdade "estão sob a responsabilidade do Sr. Milton Salomão e de toda a Comissão de Festejos . Os bancos seriam doados a igrejas localizadas na área rural e aguardavam a sua retirada." O vereador criticou o fato de o jornal não ter consultado o pároco sobre o assunto antes de publicar a notícia.

1982

Foi aprovado o projeto de lei nº 23/82, que autorizava a doação para a Santa Casa de Misericórdia - Hospital Santa Bárbara, áreas públicas para ampliação das suas instalações.

1983

Foi feita uma indicação pela vereadora Maria José Cavedal dos Santos Mano na sessão de 16 de maio⁷⁴, solicitando a instalação de núcleos habitacionais na cidade para famílias carentes, favelados que possuem rendimentos mínimos e que não podem ser atendidos por projetos do tipo Incoop ou Cohab, incentivando ações do tipo mutirão.

1986

Na sessão de 17 de julho de 1986⁷⁵ foi aprovado um Projeto de Lei que dispõe a construção de um viaduto sobre os trilhos da FEPASA.

Posteriormente em 18 de agosto de 86, Gilson Alberto Novaes retorna a Câmara Municipal reassumindo seu cargo de vereador.

Gilson explicou que resolveu deixar a função, de Secretário Municipal, na prefeitura porque cursando direito necessita estagiar e no dia a dia da prefeitura não teria condições de o fazer.

Na sessão de 25 de agosto de 1986⁷⁶ foram aprovados os seguintes projetos:

Projeto de Lei nº 23/86 - Dispõe sobre a autorização para celebração de convênio com a Secretaria de Estado da Promoção Social, para manutenção da Creche "Antonio Mollon", do bairro Mollon de Santa Bárbara.

Projeto de Lei nº 25/86 - Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo celebrar com a CONESP (Cia de Construções Escolares do Estado de São Paulo) um convênio para manutenção de escolas rurais no município.

1974-1984

repara respectação, não cabe, sr. Presidente, uma verificação, ao povo barbarenses, nenhuma culpa, pelo desmembramento de área e população de outros municípios vizinhos, para que, os supostos prejudicados possam lançar mão de área exclusivamente nos sa, para compensar a área desmembrada, uns de modo algum se justifica e, por essa razão, certos estamos também, que os ilustres deputados, representantes de Santa Bárbara d'Este e outros municípios deste nosso município não permitirão que tal pretensão seja alcançada, não permitirão porque os ilustres deputados conscientes de seus deveres e obrigações e na Assembleia Legislativa não pactuam com tal pretensão ou barganha, pretensa barganha de vaidades, os seus deputados, temer certeza absoluta, saberão, promissores de notável espírito de heroísmo, defender heroicamente o direito e a razão de um povo, por outro lado, o povo barbarenses, ora representado nesta casa pelos vereadores em exercício do mandato, este mesmo povo que em todas as ocasiões, quando o sr. Ademir Pereira de Barros sopra denotas em outros municípios, sempre nesta querida Santa Bárbara d'Este sagrava-se vitorioso, supera agora do excelentíssimo governador a sua interferência junto a Assembleia Legislativa Estadual, para que, a pretensão, o que não passa de pactância mesmo do Prefeito de Americana, reciba dos ilustres deputados a resposta negativa no que diz respeito a reificação da linha de divisa com o novo município, pois trata-se a tal pretensão quanto de um verdadeiro ultraje cometido por aquele chefe de Executivo à Santa Bárbara d'Este e seu povo.

Na sessão do dia 24 de abril de 1989, antes da leitura dos documentos enviados pelo Poder Executivo, dirigiu-se ao Plenário o Sr. Miguel Rodrigues, D.D Comandante da Guarda Municipal, que trouxe à Câmara, os trinta e nove novos guardas, que passaram no Concurso e foram admitidos, estando os mesmos em fase de estágio e adaptação ao trabalho da vigilância da cidade.

No dia 22 de maio de 1989, a Câmara recebeu do Poder Executivo o Projeto Lei nº 16/89, que dispõe sobre alteração do quadro de Magistério anexo a Lei 1777 de 31 de outubro de 1988.

Durante a Palavra Livre o vereador Claudionor Nivaldo Theodoro do Partido dos Trabalhadores, registrou com satisfação a presença de professores do Magistério Municipal, e citou a leitura do projeto de lei que deu entrada naquele dia na Câmara, que refere-se ao Estatuto do Magistério Municipal. Falou sobre a reestruturação de cargos e sobre as emendas apresentadas, tendo citado uma emenda que no projeto de reestruturação, e que pede uma majoração de 50% para estes. Lembrou os professores presentes sobre a necessidade de organizarem-se, citou o caso dos funcionários da Pioneira que tiveram apoio dos Edis e do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos. Concluiu que os professores não se organizaram e em consequência não tiveram alteração de salários ou cargos. Mencionou que foi apresentada uma moção de apoio aos professores estaduais que estão recebendo poucos salários, e que nesta sessão o aumento de 50% para os professores seria votado coerentemente por todos os vereadores.

1990

Na sessão de 19 de fevereiro de 1990 ⁷⁹foi aprovado o Projeto de Lei nº60/89, da autoria de José Ademar Petrini, que denomina a rodovia Vicinal do município.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO OESTE

72

ATA Nº 1108/75-Solicitante de Gr.Prefeito Municipal, informações sobre a despesa no valor de Cr\$ 150.000,00 efetuada pela Municipalidade por ocasião da aprovação pelo Governo do Estado para a construção de uma Barragem no município;66/75-JOSÉ BENEDITO CLAUDIO-Soja informada pelo Executivo Municipal a situação em que se encontra a quantia da Construtora Aragoiense em essa firma já fez a devolução de numerário com juros e correção monetária e em caso contrário, a notiva pela qual ainda não efetuou a devolução;67/75-ANTONIO CARFANO DA SILVA-Gajá informada pelo Gr.Prefeito Municipal em que se encontram as providências em relação a abertura de três parcelas: Benedito Jurir, Santa Maria e José de Alencar, objeto de Projeto de Lei Nº 26/75 de 26 de Maio de 1975, que abriu Crédito Adicional no valor de Cr\$ 1.000.000,00 para essa finalidade;68/75-JOSÉ BENEDITO CLAUDIO informada pelo Gr.Prefeito, quais as providências que foram tomadas em respeito a notícia constante no jornal "O LITORAL" de dia 16 de agosto de 1975, da cidade de Americana, referente ao problema de água na Vila Helen(jornal anexo);por esse motivo, informar a porque da não providência;69/75-F. J. C. J. O. S. - De novo, Gr.Prefeito Municipal, Walter Landucci, respondendo em seguintes documentos desta Casa:Indicações- De dia 9 de 1975- Encaminhadas- De Nºs 54, 56 e 60/75;RECEIÇÃO MUNICIPAL DE - 1975-Encaminhadas as principais Leis Municipais no período de 9 de abril de 1969 a 9 de abril de 1970;70/75-Gr.Paras encaminhadas pela Casa:"Edição Barbarense";"Jornal d'Oeste" e "Canecões de Sumaré";71/75-Gr.PAROCIAIS DAS ESCOLAS GONÇALVES- Com pareceres favoráveis da Comissão de Finanças, os Projetos de Lei de Gr.Prefeito Municipal, em, sobre a abertura de Crédito adicional Suplementar no valor de Cr\$..... 555.000,00 e a outra, referente a desação de área para a construção de uma Unidade de Ensino de 1º grau no Jardim Bela Horizonte;72/75-INDICAÇÃO DO CARGO DE VEREADOR- De Gr.JOSÉ MARTA CRIVELLARI, nos seguintes termos:Considerando que:1)-A Lei Complementar Nº 25/75, sancionada pelo Excelentíssimo Senhor General Ernesto Geisel, Digníssimo Presidente da República, em 04 de julho deste ano, regulamentou, em decorrência da Emenda Constitucional Nº 4, também de respeitabilíssimo Chefe de Nação, a função remunerada dos Vereadores de todo o Brasil;2)-É inconstitucional a acumulação de cargos públicos remunerados e por isso os Funcionários Públicos Vereadores não podem exercerem simultaneamente suas funções profissionais e a vereança;3)-Funcionário Público nomeado e em exercício de Cargo em Comissão que for Vereador deve optar pela renúncia ao Cargo Eletivo ou exercer-se do Cargo em Comissão;4)-O Cargo em Comissão é de confiança e a nomeação feita por autoridade constituída pelo voto popular;5)-Tanto o fato de ser eleito Vereador como o fato de ser nomeado são sublinhas delegações de novo, sendo a primeira, delegação direta, e a segunda, delegação

"Art. 1º - A rodovia vicinal que liga o município de Santa Bárbara a Nova Odessa (código MVO - 001), desde a rotatória do Jd. São Francisco, 2ª Gleba após a SP/304, até a divisa com o município de Nova Odessa, passa a denominar-se 'Dr. Ernesto de Cillo'."

Também durante aquele ano foram aprovadas outras ações, tais como a de 9 de abril de 1990 quando foi aprovado o Projeto de Lei nº11/90, da autoria do prefeito, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o DAE (Departamento de Água e Energia) da Secretaria estadual de Energia e saneamento do Governo do Estado de São Paulo, no valor de Cr \$ 1.080.000,00 destinados à canalização do córrego Pacheco.

E posteriormente em 24 de junho de 1990 foi aprovado o Projeto de Lei nº19/20, da autoria do vereador Edilson José Barbosa, que denomina 'Pedro Sans' a praça localizada entre as ruas são José e América.

E em 20 de agosto de 90 foi aprovado o Projeto de Lei nº24/90, que denomina "Antonio Bueno de Camargo" a praça localizada na confluência das ruas Floriano Peixoto e Pedro Álvares Cabral, de autoria do vereador Claudionor Nivaldo Theodoro.

1991

Na sessão de 18 de março de 1991 foi aprovado o Projeto de Lei nº04/91 da autoria dos vereadores José Ademar Petrini, Messias Paes da Silva e Claudionor Nivaldo Theodoro.

Este Projeto de Lei denomina 'Dr. Paulo Pereira da Fonseca' o Posto Médico Municipal localizado no bairro Chácara Cruzeiro do Sul.

E também em 09 de setembro de 1991⁸⁰foi aprovado um Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, que cria uma Comissão de Educação no Município.

E em 02 de dezembro de 1991 foi aprovado o Projeto de Lei nº63/91, da autoria do vereador Edison José Barbosa, que deu a denominação de "Ismael Batagin" para a praça entre a Avenida Monte Castelo e a Rua Duque de Caxias.

1994

Na sessão de 22 de fevereiro de 1994 foi aprovado o Projeto de Lei nº54/93, da autoria do vereador Sebastião Adail Ribeiro, que dispõe a denominação do Velório Municipal como "Berto Lira".

E em 01 de março de 1994 a sessão foi iniciada com um minuto de silêncio em memória de Rosa Camargo Larguesa que faleceu no dia 24 de fevereiro de 94.

Foi lançado na ata deste dia um voto de pesar pelo acontecimento.

Na sessão de 02 de agosto de 1994 foi aprovado o Projeto de Lei nº01/94, da autoria de Odeilson



Vereador mais votado em toda a história da câmara presta juramento

Antonio do Amaral, sobre o atendimento preferencial às gestantes, mães com crianças de colo, idosos e deficientes em estabelecimentos comerciais, de serviços e similares.

E na sessão de 23 de agosto 1994 foi aprovado o Projeto de Lei nº21/94, da autoria do vereador Fause Jorge Maluf, que denomina a praça localizada no bairro Parque Residencial Eldorado como "Francisco Mello".

Posteriormente, na sessão de 08 de novembro de 1994 foram aprovados os Projetos de Lei abaixo (todos de autoria do Poder Executivo).

Nº34/94 - Alienando à Fazenda do Estado de São Paulo, através de doação, área de terreno unificada localizada nos bairros Parque Planalto e Residencial Santa Rosa II.

Nº35/94 - Alienando à Fazenda do Estado de São Paulo, através de doação, áreas de terreno localizadas nos bairros Jardim Pérola Gleba "A" e "Cidade Nova".

1995

Na sessão do dia 14 de fevereiro de 1995,⁸¹ foram apresentados os seguintes requerimentos:

nº 37/95 - "Luís Vanderlei Laguesa e José Moreira - Requer informações sobre o contrato de publicidade da Prefeitura Municipal."

nº38/95 - "Odeilson Antonio do Amaral e Messias Paes da Silva - Requer informações sobre a construção de hospital por parte da UNIMED."

nº43/95 - "Valdir Bellan - Requer informações sobre construção de "half" para prática de "Skate" conforme especifica." Durante a Palavra Livre o Vereador Valdir Bellan comentou seu requerimento que solicita a construção de uma pista para a prática esportiva do "Skate".

nº45/95 - "Claudionor Nivaldo Theodoro - Requer informações sobre programas de alfabetização de adultos à Secretaria de Estado da Educação e ao Ministério da Educação, Conforme especifica."

No dia 7 de março de 1995, foram deferidos os seguintes Requerimentos:

nº 82/95 - "Valdir Bellan - Requer informações referentes à sessão de salas, materiais e profissionais para tratamento



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL
C. E. P. 19450

PODER LEGISLATIVO

EDILHOR PRESIDENTE; ESTIVORES VICEPRESIDENTES.

EM TEMPOS DO REGIMENTO INTERNO, UTILIZO-ME DO MOMENTO DA "PALAVRA-LIVRE" PARA FORMULAR UMA COLOCAÇÃO SOBRE O PROBLEMA REFERENTE A POLUIÇÃO, EXISTENTE, SEGUNDO PRONCIAMENTO DE COLEGA, NESTE MUNICÍPIO E PRINCIPALMENTE NESTA CIDADE.

O ASSUNTO REALMENTE É DE IMPORTÂNCIA E SE REVESTE DE GRAVIDADE. TODAVIA, NA QUALIDADE DE CIDADÃO, PROFISSIONAL, E HOMEM PÚBLICO VINCULADO AO SETOR PRODUTOR DE AÇÚCAR E ALCOOL É QUE DESEJO QUESTIONAR OS FATORES QUE LEVAM ORIGEM A PRODUÇÃO DO COLEGA PROF. EIDE FRONER.

PRINCIPALMENTE, ESTOU EVIDENCIANDO A V. EXAS., NOBRES VENERÁVEIS, QUE PARA SE DOTAR UMA USINA DE UM FILTRO, APARELHO DE QUALIDADE, PARA ELIMINAR A SOLUÇÃO, FRUTO EM CUIRINA DO RAGACINHO DA CANA, TEM UM CUSTO REALMENTE ALTO. O PREÇO DE UM DISPOSITIVO ANTI-POLUÍDOR. HOJE, CUSTA EM TORNO DE SEISCENTOS E CINCOCENTA MILHÕES DE CRUZEREIROS.

NA VERDADE, ILUSTRES VENERÁVEIS, NINGUÉM ASPIRA O FECHAMENTO DE QUALQUER DAS USINAS EXISTENTES NESTE MUNICÍPIO. É QUE IRPIA REFLETIR EM MAIOR DESEMPREGO, E EM MENOR RECEITA ATRAVÉS DO ICM. PORTANTO, O IDEAL É DE SE SOLUCIONAR O PROBLEMA, SEM QUERER O ÍNDICE DE PRODUÇÃO.

SEGUINDO CONSTA, A USINA SANTA BÁRBARA, DO GRUPO OMETTO, JÁ TEM EM SEUS ESTUDOS E PROJETOS SUJEITOS À INSTALAÇÃO DO FILTRO. DARA, NOS PRÓXIMOS MESES, POSSÍVEL INÍCIO A CONSTRUÇÃO DO REFERIDO APARELHO E SERÁ CONSTITUÍDO EM ETAPAS. ELA, USINA, IRÁ DENTRO DAS POSSIBILIDADES E SA COMPLIMENTE ADEQUAÇÃO FINANCEIRA, LEVANDO DE VENCIDA O PROJETO, POSSÍVELMENTE EM ETAPAS CONFORME JÁ DECLAREI.

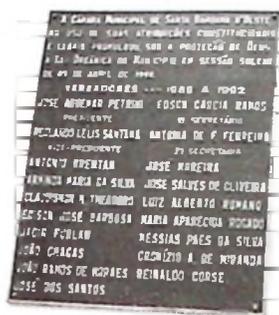
NESTE INSTANTE, CONHECEDOR DA SITUAÇÃO, DEIXO ESCLARECIDO DE QUE A USINA AÇUCAREIRA FURLAN S/A SE ENCONTRA DISTANTE DA SEDE URBANA DE SANTA BÁRBARA D'ESTE NA CUISE GETE 103) QUILÔMETROS.

SUA LOCALIZAÇÃO É FATO DESTACÁVEL, CUI SOMANDO-SE À DISTÂNCIA, ABSOLUTAMENTE PESCUARDA A POPULAÇÃO QUANTO A QUALQUER POLUIÇÃO.

A MINHA AFIRMAÇÃO, NOBRES VENERÁVEIS, É DE QUE TENDO-SE COMO EVIDÊNCIA A DISTÂNCIA E LOCAL DA INSTALAÇÃO DA USINA AÇUCAREIRA FURLAN S/A REALMENTE NÃO VEM CAUSANDO POLUIÇÃO NO SETOR URBANO BARRARENSE.

fonoaudiológico, conforme especifica.” Na Palavra Livre o Vereador, indicou que auxiliaria no tratamento das crianças da cidade.

1996



Aprovado o Projeto de Resolução n.º 5/96, de autoria dos membros da Mesa Diretora, vereadores Fause Jorge Maluf, presidente, Rubens Cunha, vice, Paulo César Monaro, 1.º secretário, Odeilson Antônio do Amaral, 2.º secretário; criando na Câmara, o Centro de Defesa do Consumidor - CEDECON.

Outro projeto aprovado no período, falava da importância de se levar ao conhecimento das crianças e jovens estudantes da cidade, do papel do próprio poder

legislativo. De autoria do vereador Fause Maluf, o projeto passou a integrar o legislativo às escolas da cidade. (Câmara Mirim)

1997

No dia 13 de Fevereiro de 1997, foi aprovado o Projeto de Lei n.º 01/97, de autoria do vereador Sebastião Adail Ribeiro, que dispõe da interpretação do artigo 1º da Lei Municipal n.º 2.229/96, realmente ratificando a isenção do IPTU para prédio residencial com área construída não superior à 50 metros quadrados.

Na sessão do dia 15 de Abril de 1997, foi aprovado o Projeto de Lei n.º 25/97, de autoria do vereador José Moreira, instituindo o dia municipal de Luta pela Reforma Agrária, que passa a ser comemorado no dia 17 de abril.

No dia 17 de Junho de 1997, foi aprovado o Projeto de Lei n.º 37/97, de autoria dos vereadores Jorge da Silva, José Moreira e Antônio Salustiano Filho, que institui a Semana da Cultura Negra em Santa Bárbara D'Oeste, que iria recair no dia 20 de Novembro de cada ano. Esta semana seria comemorada com atividades culturais que divulgassem os valores e tradições da Raça Negra.

Em 30 de Setembro de 1997, foi aprovado o Projeto de Lei n.º 54/97, da autoria dos vereadores Hédio de Jesus Brito e José Albin, que dispõe sobre a instalação de balanças de precisão, com mostrador digital em estabelecimentos de comércio varejista de gêneros alimentícios para uso do consumidor.

1998

No dia 10 de Fevereiro de 1998, reuniram-se sob a Presidência do Vereador Fause Jorge Maluf, cujos os 1º e 2º secretários foram respectivamente, os vereadores Darci Simões Bueno e Oronizio Antonio Miranda.

Reuniram-se em prédio próprio, sito na rua Graça Martins, n.º 436. Os vereadores presentes eram: Antonio Salustiano Filho, Carlos Alberto Portela Fontes, Carlos Lopes, Erb Oliveira Martins, Hédio de Jesus Brito, Ignácio Luiz Souto, Jesus Aparecido Stazite, Jorge da Silva, José Albin, José Antônio Aborihan Gonçalves, José Moreira, José dos Santos, Nivaldo Antônio Ciufri, Regina Helena de Moraes Rêgo Martins, Sebastião Adail Ribeiro e Sueli Terezinha Bonfim Silva. Havendo quorum, o Sr. Presidente Fause Maluf proclamou “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.”



ASSIM SENDO, A FULGEM DESSA EMPRESA DE FATO NÃO ATINCE AS C
DESTA CIDADE, TANTO MAIS QUE O QUADRANTE DO VENTIL E DIRECION
CONTRARIAMENTE A LOCALIZAÇÃO DE NOSSA CIDADF.

FINALIZANDO, REQUEIRO A V. EXA., SENHOR PRESIDENTE, SEJA OFE
A CETESB, CAMPINAS, E TAMBÉM AO SEU PRESIDENTE EM SÃO PAULO,
CIÊNCIA DO PRESENTE PRONUNCIAMENTO.

ERA O QUE TINHA A DIZER.

Saul W. Lourenço
SAULO WALDENAR FORNACIN
-Vereador-

DISCURSO: 02/DETEL/1984.

Obs: Em todas as reuniões o Sr. Presidente faz esta declaração antes que se iniciem os trabalhos da Câmara Municipal de Santa Bárbara.

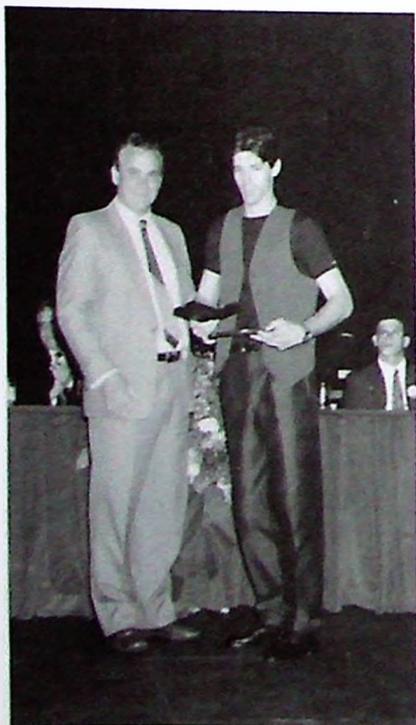
No dia 3 de Março de 1998, é aprovado o Projeto de Lei nº 11/98, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a celebração de convênio com entidades assistenciais do Município, objetivando a descentralização das ações e serviços de assistência social.

Projeto Substitutivo 83/98, de 03 de setembro, autoria Comissão de Justiça e Redação, implantação de

Loteamento de interesse Social, dando total abertura a democracia e aproximando, ainda mais, a Câmara da população.



Sessão Solene



Recebendo honorarias



Recebendo honorarias

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

* Em 15 de junho de 1.869, foi criada a Villa de Santa Bárbara dos Toledos, pela Lei n.º 2, sendo formada a primeira Câmara Municipal.

1ª Legislatura - Período de 1.869 a 1.875

Antonio Theodoro de Oliveira e Souza (Presidente), Joaquim Benedito do Amaral, José Soares Godoy, Cesário Cavalheiro Leite, Joaquim de Souza Martins, João Batista Lino e João Ferraz de Campos.

2ª Legislatura - Período de 1.876

Antonio Theodoro de Oliveira e Souza (Presidente), Manoel Ferraz de Souza Campos, Francisco de Paula Martins, José Bernardes Rangel e Joaquim Benedito Amaral.

3ª Legislatura - Período de 1.877

Carlos Augusto Vieira Martins (Presidente), Manoel Ferraz de Souza Campos, Francisco de Paula Martins, José Bernardes Rangel e Joaquim Benedito Amaral.

4ª Legislatura - Período de 1.878

Aquilino Carlos de Oliveira (Presidente), Modesto Antonio C. de Lemos, Manoel Joaquim Silva Mello, Bernardino Antonio Silva Barbosa e Antonio Modesto Galvão.

5ª Legislatura - Período de 1.879

José Gonçalves Teixeira (Presidente), Modesto Antonio C. de Lemos, Manoel Joaquim Silva Mello, Bernardino Antonio Silva Barbosa e Antonio Modesto Galvão.

6ª Legislatura - Período de 1.880

José de Paula e Silva (Presidente), Modesto Antonio C. de Lemos, Manoel Joaquim Silva Mello, Bernardino Antonio Silva Barbosa e Antonio Modesto Galvão.

7ª Legislatura - Período de 1.881 a 1.891

Francisco de Paula Martins (Presidente), Modesto Antonio C. de Lemos, Manoel Joaquim Silva Mello, Bernardino Antonio Silva Barbosa e Antonio Modesto Galvão.

8ª Legislatura - Período de 1.892 a 1.894

João Frederico Rehder (Presidente), Antonio B. Oliveira, José Gabriel e Souza, José Ferraz de Campos, Wilber Fish Mac-Knight, Theodoro Guilherme Rehder, Joaquim Antonio Ribeiro e Antonio Bernardes Rangel.

9ª Legislatura - Período de 1.895 a 1.898

José Gabriel de Oliveira e Souza (Presidente), Theodoro Guilherme Rehder, José Ferraz de Campos, Alferes Antonio Galvão Cezarino Leite, Januário Domingues, Antonio Bernardes Rangel e Peregrino Oliveira Lino.

10ª Legislatura - Período de 1.899 a 1.901

José Gabriel de Oliveira e Souza (Presidente), Januário Domingues, João Frederico Rehder, Joaquim Auto de Godoy Faustino, Carlos Murbach, Antonio Benedito de Oliveira, Peregrino Oliveira Lino e Wilber Fish Mac-Knight

11ª Legislatura - Período de 1.902 a 1.904

Antonio Benedito de Oliveira (Presidente), Joaquim Auto de Godoy Faustino, José Gabriel de Oliveira e Souza, Peregrino Oliveira Lino, João Frederico Rehder, Joaquim Veríssimo Oliveira, Sebastião Ferraz de Campos e Januário Domingues.

12ª Legislatura - Período de 1.905 a 1.907

Peregrino Oliveira Lino (Presidente), Joaquim Veríssimo Oliveira, José Gabriel de Oliveira e Souza, Ignácio Caetano Leme, Joaquim Azanha Galvão e Thomaz Alonso Keese.

13ª Legislatura - Período de 1.908 a 1.910

José Gabriel de Oliveira e Souza (Presidente), Ezequiel Belton Pyles, Thomaz Alonso Keese, Peregrino Oliveira Lino, Joaquim Azanha Galvão e Antonio de Godoy.

14ª Legislatura - Período de 1.911 a 1.914

José Gabriel de Oliveira e Souza (Presidente), Ezequiel Belton Pyles, Joaquim Azanha Galvão, Peregrino Oliveira Lino, Januário Domingues e Guilherme Walker Keese.

15ª Legislatura - Período de 1.915 a 1.916

* Houve nomeação do Sr. José Alexandre Cavalheiro de Barros, como Procurador Interino da Câmara Municipal, não constando posse de Vereadores.

16ª Legislatura - Período de 1.917 a 1.919

Peregrino Oliveira Lino (Presidente), José Gabriel Oliveira e Souza, Joaquim Azanha Galvão, Sebastião Paes Silva e Guilherme Walker Keese.

17ª Legislatura - Período de 1.920 a 1.922

Peregrino Oliveira Lino (Presidente), José Gabriel de Oliveira e Souza, Joaquim Azanha Galvão, Sebastião Paes da Silva, Januário Domingues e José de Cillo.

18ª Legislatura - Período de 1.923 a 1.925

Peregrino Oliveira Lino (Presidente), José Gabriel de Oliveira e Souza, Joaquim Azanha Galvão, Sebastião Paes da Silva, Januário Domingues e José de Cillo.

19ª Legislatura - Período de 1.926 a 1.928

Peregrino Oliveira Lino (Presidente), José Gabriel de Oliveira e Souza, Joaquim Azanha Galvão, Sábato Ronsini, Januário Domingues e José Cillo.

20ª Legislatura - Período de 1.929 a 1.931

Januário Domingues (Presidente), Joaquim Azanha Galvão, Nicola de Cillo, Nelson Pereira de Almeida, João Oliveira Lino e Souza, Benedito Costa Machado e José Gabriel de Oliveira e Souza.

* Neste período, houve renúncia do Prefeito e dos Vereadores, sendo a direção da cidade entregue, de 25.10.1.930 a 23.4.1.931, à Junta Governativa, cuja composição, era: João Pedroso (Presidente), Olívio Saes, João Bueno Filho, José Benedito Teixeira e Benedito Bueno de Camargo.

21ª Legislatura - Período de 1.931 a 1.936

Neste período, não houve atuação de Vereadores.

22ª Legislatura - Período de 28.5.1.936 a 5.11.1.937

Domingos Finamore (Presidente), Alvaro Mac-Knight, Antonio Teizen, Argemiro Assis Saes, Benedito Costa Machado, Francisco Nelson Mattedi e Miguel de Cillo Sobrinho.

23ª Legislatura - Período de 1.937 a 1.947

* Neste período, não houve atuação de Vereadores. Com a redemocratização do País, em 1.945, foi eleita nova Câmara de Vereadores, que tomou posse em 1.948.

24ª Legislatura - Período de 1.948 a 1.951

Zeno Domingues Maia (Presidente de 1.948 a 1.949), Roberto Pyles (Presidente de 1.950 a 1.951), Osny Martins Cruz, Francisco Cruz, João Baptista Machado, Walter Aranha de Oliveira, Carlos Steagall, Nicolau Bacchin, Hélio Furlan, José Venceslau Júnior, Azael Rocha e Adelino Bataglia.

* Neste período, assumiram a suplência: Irineu Garparini, José Deleo, éBenedito Bueno de Camargo, Francisco de Cillo Neto, Francisco Giordano Filho e Américo Emílio Romi.

25ª Legislatura - Período de 1.952 a 1.955

Angelo Sans (Presidente), Lourival de Andrade, José Leite de Godoy, Francisco Giordano Filho, Zeno Domingues Maia, Angelo Giubbina, Sebastião Amaral, João Batista de Andrade, Carlos Steagall, Lourival João Kiches, Dirceu Dias Carneiro, Adelino Luiz Bataglia e Mário Benith.

* Neste período, assumiram a suplência: Antonio Toledo Mello, Otávio Rodrigues Vianna e Alfredo Maluf.

26ª Legislatura - Período de 1.956 a 1.959

Sérgio Leopoldino Alves (Presidente de 1.956 a 1.957), Geraldo Rocha Campos (Presidente de 1.958 a 1.959), Isaías Hermínio Romano, Luiz Antonio Panaggio, José Leite de Godoy, Angelo Sans, Leonildo Inocente, Jorge Júlio, Antonio Colavitti, Alziro Graciani, Aroldo Bataglia, Mário Benith e Zeno Domingues Maia.

* Neste período, assumiram a suplência: Manoel Teixeira, Salvador Crocomo, João Mateus Sobrinho, Angelo Giubbina, Pelioni Zancan, João Luiz Erbolato, Virgílio Pinto e Holando Sartori.

27ª Legislatura - Período de 1.960 a 1.963

Walter Aranha de Oliveira (Presidente de 1.960 a 1.962), Luiz Gonzaga Maluf (Presidente em 1.963), Armindo Bento, Luiz Antonio Panaggio, Benedito Costa Machado, Bráulio Pio, Júlio Pires Barbosa, Sérgio Leopoldino Alves, Virgílio Pinto, Walter Landucci, Wilson Antonio Biondo, Xisto Sans, Francisco Benedito Libardi.

* Neste período, assumiram a suplência: Manoel Margato, Francisco Giordano Filho, Antonio Benedito Amaral, Willian Thomé, José Gonçalves, Angelo Giubbina, Alexandre Rodrigues, Benedito Romão, Alfredo Ribeiro Nogueira, Fernão de Mello Mauger.

28ª Legislatura - Período de 1.964 a 1.968

Gilberto Colla (Presidente de 1.964 a 1.965 e em 1.967), Bráulio Pio (Presidente em 1.966 a 1.968), Nelson Sartori, Clóvis Haddad, Jorge Júlio, Benedito Bordin, Carlos Iatarola, Dirceu Dias Carneiro, Geraldo Rocha Campos, José Gonçalves, Luiz Savério Plastino, Márcio Rangel e Saulo Waldemar Fornazin.

* Neste período, assumiram a suplência: Armindo Bento, Itagiba de Campos, Alcindo da Rocha, Alan Joel Bueno Quirino, Holando Sartori, Ptem de Campos e Daniel da Cruz.

29ª Legislatura - Período de 1.969 a 1.973

Antonio Furlan (Presidente de 1.969 a 1.970), Gilberto Colla (Presidente de 1.971 a 1.1.973), José Maria Crivellari, Jorge Júlio, Saulo Waldemar Fornazin, Geraldo Rocha Campos, Nelson Sartori, Lister Antonio Covolan, Luiz Egídio de Godoy, José Ribamar Marques de Moraes Rego, José Mário da Silva, Gilberto Colla, Helly Alves e José Leite de Godoy.

* Neste período, assumiram a suplência: Benedito Pinto, Leonildo Inocente e Benedito Bordin.

30ª Legislatura - Período de 1.973 a 1.1.977

Roberto Alves Maria (Presidente de 1.973 a 31.12.1.974), Waldemir Sartori (Presidente de 4.8 a 31.12.1.975), José Benedito Claus (que substituiu o Presidente Waldemir Sartori), Antonio Caetano das Silva, José Maria Crivelari, Jurandir Cesta Bignotto, Cleiton de Oliveira, Benedito Antonio Athanaz, Dalmo Antonio Covolan, Jacir Furlan, Antonio Berto, Alvaro Alves Corrêa, José Benedito Claus, Waldemir Sartori e Leonel Graciani.

* Neste período, assumiram a suplência: Darcílio Pagliato, Gilson Alberto Novaes, Dênis Aparecido Vianna, José Ribamar Marques de Moraes Rego, Antonio de Cillo e Leonildo Inocente.

31ª Legislatura - Período de 1.977 a 1.1.1982

Gilson Alberto Novaes (presidente de 1.977 a 1.979), José Ribamar Marques de Moraes Rego (Presidente de 1.979 a 26.9.1.982), Itamiro José Penatti (Presidente de 27.9.1.982 a 31.12.1.982), Roberto Carlos Semmler, Alvaro Alves Corrêa, Alcindo da Rocha, José Luiz Gomes da Silva, Luiz Antonio Panaggio, Antonio Carlos Barbosa, Saulo Waldemar Fornazin, Marcos Benedito Bignotto, Paulo Calvino e José Dagnoni.

* Neste período, assumiram a suplência: Victório Scarazzatti, Alvaro Mateus e José Adhemar Petrini.

32ª Legislatura - Período de 1.983 a 1.988

Roberto Carlos Semmler (Presidente de 1.983 a 1.984), Sebastião Adail Ribeiro (Presidente de 1.985 a 1.986), Jacir Furlan (Presidente de 1.987 a 1.988), José Adhemar Petrini, José Luiz Gomes da Silva, Valdir Bellan, Maria José Cavedal dos Santos Mano, Fause Jorge Maluf, Gilson Alberto Novaes, Luiz Egídio de Godoy, José dos Santos, Nelson Sartori, Paulo Calvino, Natale Giacomini e Leonel Graciani.

* Neste período, assumiram a suplência: Miguel Angelo D'Amore em substituição a Gilson Alberto Novaes, investido como Chefe de Gabinete; e posteriormente Miguel Ângelo D'Amore passou a ser Secretário de Obras, sendo substituído por Antônio Eide Cleif Froner; Saulo Waldemar Fornazin em substituição a Leonel Graciani, desaparecido em março de 1.983.

33ª Legislatura - Período de 1.989 a 1.992

José Adhemar Petrini (Presidente de 1.989 a 1.990), Edson Garcia Ramos (Presidente de 1.991 a 1.992), Reinaldo Corse, Oronízio Antonio de Miranda, Edison José Barbosa, Antonia de Fátima Ferreira, Antonio Brentan, Arminda Maria da Silva, Claudionor Nivaldo Theodoro, Jacir Furlan, João Chagas, João Ramos de Moraes, José dos Santos, José Moreira, José Salves de Oliveira, Luiz Alberto Romano, Maria Aparecida Rogado Guedes de Camargo, Messias Paes da Silva e Reolando Lélis Santana.

* Observações: A Vereadora Arminda Maria da Silva renunciou ao cargo em 27.1.1.992, sendo substituída pelo 1º Suplente de seu partido, o PT, Sr. Luís Vanderlei Larguesa. O Vereador João Chagas morreu assassinado em 2.9.1.992, sendo substituído pelo 1º Suplente de seu partido, o PDT, Dr. Sebastião Adail Ribeiro.

* Neste período, assumiram a suplência: Jair Martins de Oliveira e Odeilson Antonio do Amaral.

34ª Legislatura - Período de 1.993 a 1.996

Valdir Bellan (Presidente de 1.993 a 1.994), Fause Jorge Maluf (Presidente em 1.995), Messias Paes da Silva, Rubens Cunha, Luís Vanderlei Larguesa, Paulo César Monaro, Reinaldo Corse, Odeilson Antonio do Amaral, Alcides Wiesel, Alvaro Alves Corrêa, Antonia de Fátima Ferreira, Antonio Eide Cleif Froner, Arnaldo João Boaretto, Carlos Lopes, Claudionor Nivaldo Theodoro, Darci Simões Bueno, Helly Alves, José Joaquim de Oliveira, José Moreira, Laerson Andia e Sebastião Adail Ribeiro.

* Observações: O Vereador Laerson Andia assumiu, a convite do Prefeito Municipal, a Secretaria Municipal de Planejamento em 1.2.1.993, sendo substituído, a partir de 9.2.1.993, pela 1ª Suplente de seu partido, o PSDB, Srta. Antonia de Fátima Ferreira. Com a renúncia do Vereador Alvaro Alves Corrêa, em 24.3.1.994, a Srta. Antonia de Fátima Ferreira passou à titularidade, e o Vereador Laerson Andia veio a ser substituído, em 5.4.1.994, pela 2ª Suplente do PSDB, tornada 1ª, Sra. Sueli Terezinha Bonfim Silva. O Vereador Arnaldo João Boaretto morreu vítima de acidente automobilístico em 6.3.1.994, sendo substituído, em 15.3.1.994, pelo 1º Suplente de seu partido, o PFL, Sr. Carlos Lopes. O Vereador Carlos

Lopes licenciou-se para tratamento médico, sendo substituído, de 20.10.1.994 a 30.11.1.994 e, novamente, de 2.5.1.995 a 30.6.1.995, pela 1ª Suplente de seu partido, o PFL, Srª Maria José Cavedal dos Santos Mano. O Vereador José Moreira licenciou-se para tratamento médico, sendo substituído, de 9.8.1.994 a 2.12.1.994, pela 1ª Suplente de seu Partido, o PT, Srtª Maria Cristina Fernandes de Barros. Maria José Cavedal dos Santos Mano assumiu em 9.4.1.996, com o falecimento de titular Messias Paes da Silva, em 2.4.1.996.

35ª Legislatura, 1997/2000

Faustino Jorge Maluf (Presidente da Legislatura 1997/1998), Jesus Aparecido Stazite (Presidente da Legislatura 1999/2000), Darci Simões Bueno, Oronízio Antonio Miranda, Jorge Silva, Hédio de Jesus Brito, Antônio Salustiano Filho, Carlos Alberto Portela Fontes, Carlos Lopes, Erb Oliveira Martins, Ignácio Luis Souto, José Albini, José Antonio Aborihan Gonçalves, José Moreira (substituído o segundo semestre de 1998 por Maria Aparecida Rogado) José dos Santos, Kênio Franklin de Freitas (substituído por Firmino Neto e posteriormente por Nivaldo Antonio Ciufri, que ocuparam cargos no Executivo), Regina Helana de Moraes Rego, Sebastião Adail Ribeiro e Sueli Terezinha Bonfim Silva.

¹ O Plenário da Câmara Municipal de Santa Bárbara d' Oeste recebeu o nome do ex-presidente da República do Brasil, Tancredo de Almeida Neves, em 24 /10 /1985, através de proposição de autoria do vereador José Luis Gomes da Silva, o Zélo, do PMDB, em homenagem ao presidente eleito no Colégio Eleitoral, mas que não tomou posse, em função do seu falecimento.

² Filho de João Batista Lino, foi vereador e prefeito do município, tendo falecido em 6/12/1950, que caiu numa quarta-feira. Está sepultado no Cemitério Municipal de Santa Bárbara, sob o registro 12496, na avenida 2, tumulto 9-170.

³ Como consta na ata da sessão de 15 de fevereiro de 1892.

⁴ A Lei Orgânica do Município foi promulgada no dia 5 de abril de 1990, e está reunida num livro de 82 páginas. Assinam esta lei os seguintes vereadores : José Adhemar Petrini, Presidente; Reolando Lélis Santana, vice-presidente; Edson Garcia Ramos, 1º secretário; Antonia de Fátima Ferreira, 2º secretária; Antonio Brentan, Arminda Maria da Silva, Claudionor Nivaldo Theodoro, Edison José Barbosa, Jacir Furlan, João Chagas, João Ramos de Moraes, José Moreira, José Salves de Oliveira, José dos Santos, Luiz Alberto Romano, Maria aparecida rogado, Messias Paes da Silva, Oronízio Antonio de Miranda e Reinaldo Corse, vereadores, além da diretora da secretaria da Câmara, Selma Regina Daniel Ferreira.

⁵ Em depoimento ao autor em 26/11/98.

⁶ Conforme consta na ata de 22 de setembro de 1882, os vereadores Antonio Modesto Galvão e Manoel Castanho de Almeida, receberam multas de 24 mil réis por não terem comparecido àquela sessão.

⁷ Estes símbolos municipais foram instituídos à época em que a Câmara era presidida pelo vereador Gilson Alberto Novaes, que tinha sido aluno de Di Lelo e Libardi .

⁸ Depoimento ao autor em 25 de novembro de 1998.

⁹Transcrito da ata de 9/11/1879, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d' Oeste.

¹⁰ Na seção de 6 de janeiro de 1880, o vigário José Cardillo fazia uma solicitação para que a Câmara auxiliasse no reparo de uma pequena obra, já que a parede da igreja apresentava rachaduras e precisava ser consertada. A Câmara aprovou um apoio de 20\$000,00 , vinte mil réis.

¹¹ Transcrito da ata de 5/5/1897, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d' Oeste.

¹² Transcrito da ata de 15/5/1897, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d' Oeste.

¹³ Transcrito da ata de 13/6/1897, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d' Oeste.

¹⁴ Transcrito da ata de 6/9/1897, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d' Oeste.

¹⁵ Transcrito da ata de 6/12/1897, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d' Oeste.

¹⁶ Transcrito da ata de 16/9/1880, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d' Oeste.

¹⁷Transcrito da ata de 5/4/1895, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d' Oeste.

¹⁸Transcrito da ata de 5/2/1898, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.

¹⁹Transcrito da ata de 6/6/1898, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d' Oeste.

²⁰Transcrito data de 09/11/1898, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d' Oeste.

²¹Transcrito da ata de 30/12/1898, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.

- ²²Transcrito da ata de 5/2/1900, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ²³Transcrito da ata de 5/5/1900, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ²⁴Transcrito da ata de 5/8/1900, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ²⁵Transcrito da ata de 5/9/1900, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ²⁶Transcrito da ata de 5/9/1901, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ²⁷ Transcrito da ata de 6/8/1902, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ²⁸Transcrito da ata de 23 /5/1916, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ²⁹Transcrito da ata de 5/8/1916, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ³⁰ Transcrito da ata de 11/12/1916, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ³¹Transcrito da ata de 11/1/1917, Arquivo da Câmara municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ³²Transcrito da ata de 15/3/1917, Arquivo da Câmara municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ³³Transcrito da ata da sessão de 5/10/1917, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ³⁴Transcrito da ata da sessão de 27/10/1917, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ³⁵Transcrito da ata da sessão de 5/12/1917, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ³⁶Transcrito da ata da sessão de 6/12/1920, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ³⁷Transcrito da ata da sessão de 23/5/1921, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ³⁸Transcrito da sessão de 6/6/1921, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ³⁹Transcrito da ata da sessão de 6/4/1925, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ⁴⁰Transcrito da ata da sessão de 2/2/1928, Arquivo da Câmara municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ⁴¹Transcrito da ata da sessão de 21/12/1929, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ⁴²Transcrito da ata da sessão de 5/9/1931, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ⁴³Transcrito da ata da sessão de 5/8/1936, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ⁴⁴Transcrito da ata da sessão de 5/2/1937, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ⁴⁵Transcrito da ata da sessão de 3/1/1948, Arquivo da Câmara municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ⁴⁶ Transcrito da ata da sessão de 10/7/1948, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ⁴⁷Transcrito da ata da sessão de 23/11/1949, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.
- ⁴⁸ Transcrito da ata da sessão de 19/6/1951, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.

- ⁴⁹Transcrito da ata da sessão de 19/2/1952. Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d´ Oeste.
- ⁵⁰Arquivo do Jornal d´Oeste. edição número 135. primeira página. de 17/2/1952, Arquivo da Fundação Romi.
- ⁵¹Transcrito da ata da sessão de 25/8/1952. Arquivo da Câmara municipal de Santa Bárbara d´Oeste.
- ⁵²Transcrito da ata da sessão de 8/5/1954. Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d´Oeste.
- ⁵³Transcrito da ata da sessão de 24/8/1954. Arquivo da Câmara municipal de Santa Bárbara d´Oeste.
- ⁵⁴Transcrito da ata da sessão de 11/7/1955. Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d´ Oeste.
- ⁵⁵Transcrito da ata da sessão de 9/4/1956. Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d´Oeste.
- ⁵⁶Transcrito do jornal "O Liberal", 30/8/1956, Arquivo de "O Liberal", Americana.
- ⁵⁷Transcrito da ata da sessão de 9/3/1959. Arquivo da Câmara municipal de Santa Bárbara d´ Oeste.
- ⁵⁸ Transcrito da ata da sessão de 8/2/1960, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d´Oeste.
- ⁵⁹Transcrito da ata da sessão de 24 / 04/1961. Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d´Oeste.
- ⁶⁰Transcrito da ata da sessão de 29/3/1963, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d´ Oeste.
- ⁶¹Transcrito da ata da sessão de 22/2/1965. Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d´Oeste
- ⁶²Transcrito da ata da sessão de 4/7/1966. Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d´ Oeste.
- ⁶³Transcrito da ata da sessão de 3/7/1967. Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d´ Oeste.
- ⁶⁴ Transcrito da ata da sessão de 4/3/1968, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d´ Oeste.
- ⁶⁵Transcrito da ata da sessão de 21/3/1970. Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d´Oeste.
- ⁶⁶Transcrito da ata da sessão de 3/2/1971. Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d´ Oeste.
- ⁶⁷Transcrito da ata da sessão de 15/5/1972, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d´ Oeste.
- ⁶⁸Transcrito da ata da sessão de 14/10/1974, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d´ Oeste
- ⁶⁹Transcrito da ata da sessão de 1º /4/1974, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d´Oeste.
- ⁷⁰Transcrito da ata da sessão de 11/8/1975, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d´ Oeste.
- ⁷¹Transcrito da ata da sessão de 5/2/1979, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d´Oeste.
- ⁷²Transcrito da ata da sessão de 25/2/1980, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d´ Oeste.
- ⁷³ Transcrito da ata da sessão de 16/3/1981, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d´ Oeste.
- ⁷⁴ Transcrito da ata da sessão de 16/5/1983, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d´ Oeste.
- ⁷⁵Transcrito da ata da sessão de 17/7/86, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d´Oeste.

⁷⁶Transcrito da ata da sessão de 25/8/1986, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d' Oeste.

⁷⁷Transcrito da ata da sessão de 23/3/1987, Arquivo da Câmara municipal de Santa Bárbara d' Oeste.

⁷⁸Transcrito da ata da sessão de 14/4/1988, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.

⁷⁹Transcrito da ata da sessão de 19/2/1990, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d' Oeste.

⁸⁰Transcrito da ata da sessão de 9/9/1991, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.

⁸¹Transcrito da ata da sessão de 14/2/1995, Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara d' Oeste.

Vereadores, cujos nomes estão perpetuados em Ruas, Avenidas e Logradouros Municipais:

- Lei 1.757 de 25/08/88 - Denomina "Creche Municipal Vereador Geraldo Rocha Campos" - Vila Linópolis.
- Lei 1.775 de 06/10/88 - Denominação ruas Bairros Jardim Santa Rita de Cássia e Conjunto Habitacional Francisco de Cillo: - Avenida Vereador João Batista Machado
- Avenida Vereador Francisco Cruz
- Lei 1.778 de 03/11/88 - Denomina "Praça Vereador Salvador Crócomo"
- Lei 1.788 de 02/12/88 - Denomina "Centro Comunitário Vereador José Deléo"

- Lei 1.891 de 19/10/98 - Dispõe sobre denominação de vias no Conjunto Habitacional "Ângelo Giubbina":
 - Rua Vereador José Mário da Silva;
 - Rua Vereador Carlos Iatarola;
 - Rua Vereador Armindo Bento;
 - Rua Vereador Daniel da Cruz;
 - Rua Vereador Benedito Bordin;
 - Rua Vereador Alan Joel Bueno Quirino.
- Lei 1.920 de 12/04/91 - Denomina vias dos bairros : Distrito Industrial e Cidade Industrial :
 - Rua Vereador Sérgio Leopoldino Alves.
- Lei 1.948 de 02/10/91 - Dispõe sobre denominação de vias do Conjunto Habitacional dos Trabalhadores:
 - Rua Vereador benedito Antônio Atanaz.
- Lei 1.974 de 27/03/92 - Denomina EMEI do Conjunto dos Trabalhadores: "Vereador José Luiz Gomes da Silva Zelo"
- Lei 2.027 de 19/11/92 - Denomina Ruas do Conjunto Habitacional Roberto Romano:
 - Rua Vereador Leonel Graciani;
- Lei 2.162 de 02/10/95 - Dispõe sobre denominação das Ruas do Bairro Jardim Cruzeiro do Sul :
 - Rua Vereador José Luís Gomes da Silva (Zelo);
 - Rua Vereador Arnaldo João Boaretto;
- Lei 2.167 de 14/11/95 - Denomina próprio público de "Parque Infantil Vereador Arnaldo João Boaretto" (anexo à Creche Municipal Vera Lúcia de Lima Juliato)

- Lei 2.185 de 06/03/96 - Denomina vias do residencial Parque Santa Rosa II:
 - Rua vereador João Chagas (Zé do Caixão);
- Lei 2.190 de 26/03/96 - Denomina "Vereador Professor Nelson Sartori", o Centro Comunitário Municipal localizado no Conjunto Habitacional 31 de Março"
 - Denomina logradouro "Vereador Saulo Waldemar Fornazin"

ATUAL CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA BÁRBARA D'OESTE - 1997 / 2000



Antonio Salustiano



Carlos Fontes



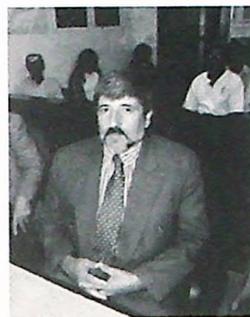
Carlos Lopes



Darci Simões



Edio J. Brito



Erb O. Martins



Fause J. Maluf



Firmino Neto



Ignácio L. Souto



José Albini



José Gonçalves



Jorge da Silva



Jesus Stazite



José dos Santos



José Moreira



Oronizio Miranda



Regina H. Rêgo



Sueli Bonfim



Sebastião A. Ribeiro

